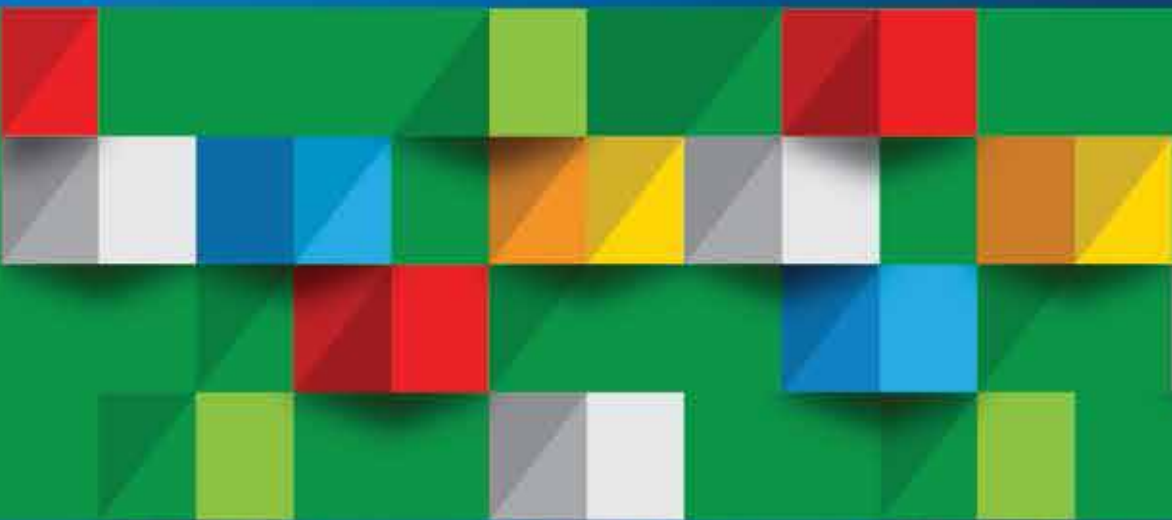


DIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA CULTURA NA CPLP 2018



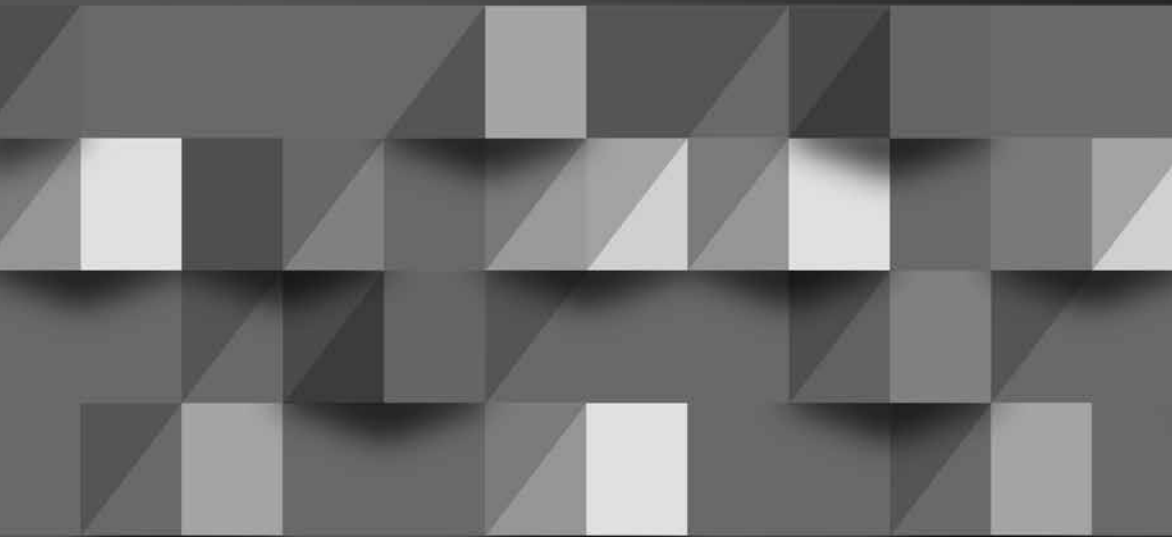
# Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na Preservação do Legado Histórico e Cultural dos Estados-Membros da CPLP

**ATAS DO ENCONTRO**

3 e 4 de maio de 2018, Sede da CPLP, Lisboa



**CPLP**  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa



**Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas  
Nacionais na Preservação  
do Legado Histórico e Cultural  
dos Estados-Membros da CPLP**

## FICHA TÉCNICA

**Título:** «Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP» – Atas

**Coleção:** Cadernos de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Disponível em formato eletrónico no Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP – <https://www.cplp.org/esct>, projeto implementado por deliberação da Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP)

**Coordenação da Edição:** Arlinda Cabral e Isabel Júlio

**Capa:** Luís Covas

**Fotografias:** Secretariado Executivo da CPLP

**Secretário Executivo da CPLP:** Embaixador Francisco Ribeiro Telles

**Diretora-Geral da CPLP:** Dra. Georgina Benrós de Mello

**Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa do Secretariado Executivo:** Arlinda Cabral, Isabel Júlio, Rosa Pais e Odete Berti

**Assessoria da Comunicação e Imagem:** António Ilharco e Natacha Sousa

**ISBN:** 978-989-99021-7-6

**Depósito Legal:** 457764/19

**Produção e impressão:** IDG – Imagem Digital Gráfica

**Propriedade e edição:**



**CPLP**  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

Palácio Conde de Penafiel,  
Rua de S. Mamede (ao Caldas), nº 21  
1100-533 Lisboa  
Portugal  
+ 351 21 392 85 60  
[comunicacao@cplp.org](mailto:comunicacao@cplp.org)  
[www.cplp.org](http://www.cplp.org)

**Tiragem:** 2.000 exemplares

**Cláusula de exoneração:**

“A publicação desta obra foi efetuada com o apoio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos intervenientes na mesa-redonda ‘Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP’ e no Encontro ‘Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais da CPLP’ e não pode, de forma alguma, ser tomado como a expressão das posições da CPLP”.

# ÍNDICE

## PREFÁCIO

Embaixador Francisco Ribeiro Telles, Secretário Executivo da CPLP..... 05

## APRESENTAÇÃO

Cátia Miriam Costa (ISCTE/IUL) e Olívia Pestana (FL/UPorto) ..... 07

## SESSÃO DE ABERTURA

Maria do Carmo Silveira, Secretária Executiva da CPLP 2016-2018 ..... 11

Embaixador Gonçalo Mello Mourão (Brasil) ..... 14

## MESA REDONDA

**«Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na Preservação do Legado Histórico e Cultural dos Estados-Membros da CPLP»** ..... 17

Margarida Lages, Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático de Portugal ..... 18

### PAINEL 1

**Arquivos Históricos: Preservação e partilha do património documental e cooperação técnica no quadro da CPLP** ..... 21

Martinho Robalo de Brito, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde ..... 22

Joel das Neves Tembe, Arquivo Histórico de Moçambique ..... 27

Alfredo Caldeira, Fundação Mário Soares ..... 31

### PAINEL 2

**Arquivos Históricos: sistemas de arquivo adaptados às novas tecnologias na CPLP: acessos e partilhas** ..... 37

Alfa Djaló, Arquivo Histórico da Guiné-Bissau ..... 38

Ana Canas Delgado Martins, Arquivo Histórico Ultramarino DGLAB Portugal ..... 41

Mário Soares de Freitas, Fundação Portuguesa das Comunicações ..... 44

### PAINEL 3

**Bibliotecas Nacionais: cooperação entre bibliotecas nacionais na CPLP: do interconhecimento à harmonização de procedimentos** ..... 47

Fátima Fernandes, Biblioteca Nacional de Cabo Verde ..... 48

Ana Monteiro, Caixa Geral de Depósitos ..... 61

### PAINEL 4

**Bibliotecas Nacionais: redes de bibliotecas nacionais: acesso e partilha de documentação no espaço da CPLP** ..... 65

João Pedro da Cunha Lourenço, Biblioteca Nacional de Angola ..... 66

Iaguba Djaló, Biblioteca Pública Nacional da Guiné-Bissau ..... 71

Paula Saraiva, Instituto de Higiene e Medicina Tropical ..... 78

## POSFÁCIO

Embaixador Eurico Monteiro (Cabo Verde) ..... 85

**MULTIMÉDIA / ACESSO A APRESENTAÇÕES** ..... 87



### SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CPLP



*Embaixador Francisco Ribeiro Telles*

A Língua Portuguesa e a diversidade cultural dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) constituem pilares essenciais e permanentemente atuais da nossa Comunidade, conforme plasmado na Declaração Constitutiva, assinada pelos Chefes de Estado e de Governo em 1996.

A institucionalização, em 2009, do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP (5 de maio), reafirmou a riqueza deste património comum e procurou impulsionar a afirmação da Comunidade, nos contextos nacional, comunitário e internacional.

A X Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, em 2017, determinou que o Património Cultural e a Memória Histórica dos Estados-Membros constituem um eixo de cooperação fundamental, a ser dinamizado no âmbito da operacionalização do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (Maputo, 2014).

Aquela reunião ministerial aprovou a criação da Comissão do Património Cultural da CPLP, como a instância especializada para a promoção de políticas públicas e para a implementação de ações de cooperação neste importante domínio.

Em maio de 2018, por ocasião das comemorações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura, a CPLP organizou, na sua Sede em Lisboa, o Encontro «*Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP*», ocasião em que procurou alinhar a sua atuação com o *Programa Memória do Mundo*, da UNESCO, o qual constitui o quadro de referência internacional nestas matérias.

Com a iniciativa, a CPLP pretendeu também contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no que se refere à relação entre a valorização da diversidade cultural e a cidadania global e, ainda, à contribuição da cultura para o desenvolvimento.

A presente publicação tem por objetivo documentar esse momento de início do

diálogo e da cooperação entre as instituições que se dedicam à preservação e divulgação da memória histórica e cultural no espaço da CPLP. Visa, igualmente, a afirmação dos Arquivos Históricos e das Bibliotecas Nacionais Públicas enquanto atores estratégicos na promoção do conhecimento do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da nossa Comunidade.

Os arquivos e as bibliotecas representam espaços de diálogo entre o passado e o presente, promovem o interconhecimento da nossa história singular e coletiva, e contribuem ativamente para a preservação dos fundos documentais e bibliográficos dos nove Estados-Membros que integram a CPLP. Em comum, à sua frente, estas instituições têm um exigente trabalho de partilha contínua de conteúdos de natureza histórica, cultural e científica.

O lema da presidência cabo-verdiana em exercício no biénio 2018-2020, *“As pessoas. A cultura. Os oceanos”*, continua a colocar a cultura no centro da nossa agenda comum, reconhecendo-a como um elemento essencial ao desenvolvimento e futuro da nossa Comunidade, bem como um vetor específico, e promissor, da cooperação multilateral na CPLP.

Promover o diálogo e a identificação de sinergias entre os arquivos históricos e as bibliotecas nacionais públicas dos Estados-Membros é, assim, mais do que uma responsabilidade, um desafio para o qual todos somos convocados.

### **ARQUIVOS HISTÓRICOS E BIBLIOTECAS NACIONAIS DA CPLP: PONTO DE ENCONTRO DE CULTURA, HISTÓRIA E CIÊNCIA**

A memória é um dos elementos base da construção das identidades, das mais locais às mais transnacionais. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), instituição cuja fundação remonta à história comum entre os países que a constituem, não poderia ser indiferente às questões da memória e da sua preservação. Encontrar os modos adequados para a preservação e abertura ao público da memória comum foi o mote do Encontro de Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais da CPLP, em maio de 2018, em que representantes dos vários Estados-Membros debateram as melhores estratégias para este projeto comum. Foram claros o empenho e a vontade que os responsáveis por estas instituições revelaram. O entusiasmo do debate e a profícua troca de experiências demonstrou existir uma forte oportunidade de dar continuidade a projetos antigos e de encetar novas iniciativas nesta área. A vontade científica e técnica na edificação de um caminho comum que permita a partilha de conhecimento e a sua abertura a investigadores e público em geral foi inequívoca. As presentes Atas constituem, pois, o testemunho deixado a partir dessas participações entusiásticas sobre o potencial papel que a CPLP pode desempenhar na sensibilização política comum para as questões de organização, preservação e disponibilização do património escrito e oral (documentação escrita e áudio), resultante de séculos de história comum. É bem certo que sem uma intervenção que garanta o acesso de todos ao conhecimento sobre o passado, é difícil construir um presente e um futuro partilhados que conceda igualdade de oportunidades académicas e científicas a todos aqueles que pretendam conhecer melhor as realidades lusófonas.

#### **Fortalecer laços e encontrar respostas**

Entender melhor o passado é, indubitavelmente, uma das melhores formas de compreender o presente e projetar o futuro. A história e cultura comuns aos países de língua portuguesa, embora tenha a sua génese numa relação de base colonial, na verdade vai muito para além desta, tendo sido fortalecida pelas mais recentes relações pós-coloniais que os vários países mantiveram entre si. Assim, reportamo-nos às memórias dos Estados-Membros de muitas interações entre estes que ultrapassam em importância e significado a mera construção de uma memória de um passado colonial. Estas memórias e os seus registos consistem em contributos expressivos para a construção dos percursos sociais, culturais, económicos e políticos dos países da CPLP. Como explicar a construção das literaturas nacionais, sem olhar para um quadro mais macro que engloba todos os luso-falantes? Como compreender as migrações presentes entre países lusófonos, sem olhar as permanentes migrações ainda no contexto colonial? Como compreender os



alinhamentos internacionais destes países hoje, sem ter em conta a forma como foram integrados no sistema de relações internacionais ao longo dos tempos? Como perceber as políticas de ciência e tecnologia, sem ter ideia de como estas palavras e a sua consequência foram geradas nas diferentes sociedades? Como construir pontes de entendimento, sem primeiro ter acesso ao que de positivo e negativo fundou estas sociedades?

O acesso à memória é, pois, uma forma de encontrar respostas, permitindo o fortalecimento de laços nos aspetos positivos e negativos de um passado partilhado. O papel dos arquivos e bibliotecas nacionais e mesmo locais reveste-se da maior importância enquanto garantes dessa memória que se vai desgastando com o tempo. A vulnerabilidade das fontes documentais e os desafios colocados para a sua partilha, dado que em muitos casos se trata de um património compartilhado que se encontra apenas concentrado em um local, são hoje um tópico não só de debate, mas de procura de estratégias de concertação comum. A iniciativa da CPLP na participação desse debate e na tentativa de congregar esforços para projetos comuns de preservação e partilha patrimoniais assume particular importância em contextos caracterizados por um parco investimento por parte das respetivas sociedades nestas áreas. A tentativa de propor uma visão transnacional que substitua uma visão estritamente nacional é de extrema importância visto contribuir para a consciencialização desta questão como uma corresponsabilidade transnacional. Cada documento, arquivo ou biblioteca que se perca em cada um destes países, em muitos casos, significa também uma perda para os países com os quais partilha a sua língua.

É, pois, de extrema importância discutir abertamente a corresponsabilidade na partilha e na garantia de acesso dos cidadãos lusófonos ao seu passado, pelo seu direito à construção da memória, mas sobretudo contribuindo para a compreensão e cooperação no presente. A necessidade de um debate transnacional é, assim, inequívoca. O Encontro de Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais da CPLP, promovido pela CPLP, constitui um importante passo para a sensibilização dos poderes políticos para esta questão e uma primeira iniciativa que reforça o sentido transnacional que deverão ter os projetos ligados a esta área, mesmo que de iniciativa nacional. Neste Encontro ficou patente a disponibilidade e entusiasmo dos responsáveis institucionais que, sendo secundada por uma vontade política transnacional, poderá conduzir a excelentes resultados, sobretudo, pelas vias que os meios tecnológicos agora nos permitem.

### **Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais da CPLP**

A tecnologia permite, atualmente, reunir os membros de uma cultura comum e que é, neste caso, a dos povos de língua portuguesa, evitando o seu distanciamento e consequente fragmentação. Por outro lado, permite viabilizar a cooperação organizativa e técnica, elemento chave do sucesso das atividades em arquivos e bibliotecas.

Sendo diversos os Serviços existentes, bem como os seus enquadramentos orgânicos, a criação de um portal em linha que viabilize a integração dos Arquivos Históricos e

Bibliotecas Nacionais, ainda que de forma gradual, quanto aos serviços a disponibilizar e ao trabalho técnico a realizar em cooperação, será, a nosso ver, o primeiro passo para a prossecução do objetivo comum de partilha de recursos e de melhoramento do acesso à informação. Observando as diferentes realidades dos Arquivos e Bibliotecas em questão, não poderá ser exigido o mesmo tipo de colaboração e cooperação num momento imediato, mas será necessária a participação de todos para que seja possível, salvaguardando as suas especificidades, levar a cabo uma aproximação dos serviços, caminhando no sentido da harmonização dos seus princípios organizativos, técnicos e operacionais.

O sucesso de uma rede de informação interinstitucional depende da disponibilidade e capacidade dos seus membros, pelo que se reveste de especial relevância a eliminação de assimetrias existentes entre as entidades envolvidas. Não é objetivo de rápido cumprimento, mas um significativo envolvimento das entidades com maior capacidade instalada, associado à participação de entidades públicas ou privadas como parceiras, poderá, num curto espaço temporal, permitir ultrapassar as vicissitudes daí decorrentes.

Não obstante, impõe-se um planeamento comum, contemplando um conjunto de atividades basilares que passamos a descriminar:

- estabelecimento de protocolos com a comunidade académica no âmbito da cooperação e consultadoria científica e técnica e de formação especializada de nível superior, bem como para a investigação promovendo abordagens multidisciplinares;
- estabelecimento de princípios de cooperação para a organização e representação da informação e do conhecimento relativamente às coleções das entidades participantes;
- implementação de catálogo(s) coletivo(s) em linha, permitindo aos utilizadores as mais diversas modalidades de pesquisa e correspondendo à apresentação de resultados adequados às suas necessidades de informação e ao acesso aos documentos digitalizados, tendo em consideração os pressupostos legais e normativos subjacentes;
- criação de módulos de formação em *e-learning* para profissionais de informação, com o objetivo de proporcionar a contínua atualização de conhecimentos, reduzindo a distância geográfica entre os vários profissionais e permitindo ações interativas;
- criação de módulos de formação, recorrendo igualmente à modalidade de *e-learning*, direcionados para os utilizadores, no sentido de lhes proporcionar a aquisição de conhecimentos que contribuam para a melhoria do seu grau de literacia informacional neste contexto;
- criação de foros de discussão entre os profissionais de informação para a troca de experiências e de práticas profissionais;
- desenvolvimento de exposições virtuais temáticas que promovam a memória histórica e a divulgação cultural e científica.

Esta nossa breve reflexão em torno das sessões e dos trabalhos do Encontro “Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais da CPLP” não é mais do que a corroboração das conclusões das comunicações que este livro dá a conhecer, ou seja, o reforço da necessidade do desenvolvimento célere de uma rede de aprofundados serviços de cooperação, com vista ao cumprimento do desiderato de preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros e da divulgação da língua portuguesa.

*Cátia Miriam Costa*

Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – IUL

*Olívia Pestana*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto



### INTERVENÇÃO DA DR.<sup>a</sup> MARIA DO CARMO SILVEIRA

**Secretária Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (2016/2018)**

Excelência, Senhor Representante do Brasil junto da CPLP, Embaixador Gonçalo Mourão, Excelências, Senhores Embaixadores e Representantes dos Estados-Membros junto da CPLP e demais membros do corpo diplomático aqui presentes,

Senhor Diretor da Biblioteca Nacional de Moçambique, Doutor Jorge Fernando Jairoce, Senhora Chefe de Divisão de Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Doutora Margarida Lages,

Senhora Professora Doutora Cátia Miriam Costa, do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa,

Senhora Diretora-Geral da CPLP, Dra. Georgina Benrós de Mello, e demais colaboradores do Secretariado Executivo da CPLP,

Senhoras e Senhores convidados,

É, para mim, grande honra e satisfação recebê-los aqui na nossa Sede, para dar início a mais uma celebração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP.

O Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP é o dia em que celebramos os laços linguísticos e culturais que unem os cerca de 270 milhões de pessoas de nove países, distribuídos em quatro continentes.

Para as comemorações deste ano decidimos destacar a importância dos Arquivos Históricos e das Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos países da CPLP.

Pretendemos, deste modo, chamar a atenção para a relevância dessas instituições e para o papel essencial que cumprem em cada um dos nossos países.

Numa era marcada pela velocidade e pela informação em tempo real, refletir sobre a

dimensão temporal de longa duração inerente à atividade dos arquivos e bibliotecas surge como um contraponto necessário – talvez mesmo indispensável – ao ritmo acelerado que marca as nossas vidas nos dias de hoje.

De facto, os arquivos e as bibliotecas contribuem para dar corpo e materialidade à nossa memória coletiva, quer de cada país individualmente, quer da nossa Comunidade no seu todo. Da mesma forma como os monumentos que compõem o nosso património material e como as práticas, rituais e saberes orais, que constituem o nosso património imaterial, os arquivos e as bibliotecas reúnem e preservam o nosso património documental e o nosso saber formal.

É através desses registos que podemos conhecer e compreender como ocorreu o encontro de culturas que deu origem aos nossos países e à nossa Comunidade. Ajudam a explicar como se formaram as nossas identidades e o que nos torna singulares. Fornecem-nos informações sobre os contextos formais e institucionais nos quais se delineou a nossa trajetória através do tempo e que nos fez chegar até aqui, hoje.

Em outras palavras, os arquivos e as bibliotecas são uma ferramenta essencial para que possam ser exercidos os direitos à memória e à identidade, dimensões fundamentais da cidadania no plano individual, da soberania no plano nacional, e da solidariedade no plano comunitário.

Nesse sentido, a valorização e a adequada preservação dos acervos dos nossos arquivos e bibliotecas nacionais devem ser uma responsabilidade permanente dos nossos respetivos Governos.

Contudo, só preservar não é suficiente. Acredito que os arquivos e as bibliotecas devem ser instituições vivas e vibrantes. Para isso, é necessário também que seja garantido o acesso aos acervos, de modo mais amplo. As novas tecnologias de informação constituem, nesse aspeto, importantes aliados dos arquivos e bibliotecas, ao ampliar e agilizar as possibilidades e modalidades de consulta.

Desta forma, novas gerações de pesquisadores poderão ter acesso aos acervos documentais e lançar sobre eles novos olhares e novas interrogações, contribuindo para o permanente trabalho de enriquecimento da memória e do saber histórico.

Em suma, a atualização constante dos acervos das bibliotecas deve acompanhar, testemunhar e tornar acessível a produção de conhecimento e da cultura em nossos países, num processo de retroalimentação ininterrupto.

Excelências,

Senhoras e Senhores,

A preservação da memória documental e do acervo biblioteconómico tem sido objeto de atenção no âmbito da CPLP.

Na esfera institucional, a mudança para a atual Sede, em finais de 2011, possibilitou a implementação da Biblioteca e Centro de Documentação da CPLP, que vem progressivamente afirmando a sua utilidade através da constituição de um acervo especializado e pela prestação de serviços de informação ao público.

Ao mesmo tempo, estamos empenhados em manter o nosso Arquivo Histórico devidamente estruturado e organizado.

O recente enquadramento da Biblioteca e Centro de Documentação e do Arquivo Histórico na estrutura da Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa insere-se na perspetiva estratégica da valorização do nosso legado comum.

No âmbito da cooperação, destaco, com satisfação, a realização, amanhã, aqui neste auditório, do Encontro de Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais da CPLP, com o objetivo de promover maior aproximação entre os Arquivos e as Bibliotecas nacionais dos nossos Estados-Membros e de identificar possíveis áreas de intervenção conjunta.

Merece, ainda, destaque a constituição da Comissão do Património Cultural da CPLP, por mandato da X Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, em 2017, em Salvador.

São iniciativas enquadradas no Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP, que prevê ações na área do património cultural e da memória histórica.

Excelências, Senhoras e Senhores,

A sessão solene de hoje marca o início das celebrações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, que terão continuidade amanhã com o já referido Encontro de Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais e ao longo dos próximos dias com várias outras atividades.

No dia 7 de maio, a Universidade Aberta promoverá o Encontro “Educação a Distância na CPLP”, com o lançamento da Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa. Na mesma data, a Missão do Brasil junto à CPLP promoverá o espetáculo “Canção para Abreviar Distâncias: uma Viagem pela Língua Portuguesa”, com a artista Isabella Bretz.

No dia 14 de maio, será lançada pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, a obra “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A Afirmção Global das Culturas de Expressão Portuguesa”. Será, também, realizado o ato constitutivo da Federação das Associações de Estudantes dos Países de Língua Portuguesa em Portugal.

Finalmente, em 5 de junho, a Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa dos Observadores Consultivos da CPLP organizará o Colóquio “Estudo e Preservação dos Crioulos do Português”.

Trata-se de uma programação densa e variada, que procura fazer justiça à riqueza do nosso legado histórico e à qual a CPLP se sente honrada de estar associada.

A memória e a criação são dimensões complementares da língua e da cultura.

Ao celebrarmos o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, faço votos que saibamos preservar a nossa memória e valorizar o nosso passado, sem esquecer de deixar as portas abertas para que o novo possa chegar e celebrar connosco o nosso presente e o nosso futuro.

Que viva a Língua Portuguesa!

Que viva a cultura na CPLP!

Que Viva a CPLP!

MUITO OBRIGADA PELA VOSSA ATENÇÃO!



## **INTERVENÇÃO DO SR. EMBAIXADOR GONÇALO MELLO MOURÃO**

### **Representante Permanente do Brasil junto à CPLP e Presidência brasileira da CPLP 2016-2018**

Estamos reunidos mais uma vez aqui na Sede da CPLP para as festividades relativas ao dia 5 de maio, quando celebramos o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP.

Todo ano é escolhido um tema e nossa celebração, este ano, dá-se em torno do tema “A preservação do legado histórico e cultural dos Estados Membros”. E a esse respeito, estarão reunidos aqui representantes de diversas instituições de nossos países, responsáveis por nossos arquivos históricos e bibliotecas, que trocarão ideias, experiências e talvez perplexidades sobre sua área de atuação e procurarão propor atividades conjuntas que a valorizem.

Estamos aqui, como eu disse, para celebrar. Celebrar é uma curiosa palavra, que nos veio do latim – como nos vieram a grande maioria de nossas palavras ao tempo da primitiva formação de nossa língua comum – e celebrar, em latim, significava, primordialmente, fazer um grande ajuntamento de pessoas, uma reunião de multidões. É, portanto, a palavra exata para o que faremos aqui, e exata até mesmo em dois sentidos diversos.

Primeiramente, porque nos reuniremos e se reunirão muitos de nós aqui, em torno, como disse, daquele tema dos arquivos e das bibliotecas. E, em segundo lugar, porque o tema que nos reúne é, também, de certa maneira, o tema da reunião de multidões: as multidões que nos precederam através dos séculos e que nos deixaram, de uma maneira ou de outra, seu legado, expresso em nossa língua portuguesa e através dela.

O que estaremos fazendo, pois, é celebrar a preservação de dois legados: o legado da língua que nos permite reunirmo-nos como que familiarmente e o legado de nossos antecessores, que, junto ao nosso, pretendemos deixar para os nossos pósteros.

O legado da língua se preserva falando a própria língua, conversando, cantando nessa língua; mas se conserva, sobretudo, pensando nessa língua. Porque, como dizia certo filósofo, a ideia é a expressão da ideia, ou seja, as ideias existem quando são expressas e a expressão das ideias é, precisamente, o que enriquece uma língua.

Quanto mais uma língua for capaz de expressar ideias, mais rica e fecunda ela será e mais futuro ela abrirá para ela própria. E quanto maior a variedade de ideias e realidades que uma língua possa expressar, mais importante será essa língua e as realidades que ela expressa. Há línguas que se restringem às expressões de apenas uma ou duas realidades e há línguas que se abrem à expressão de múltiplas realidades, às vezes até mesmo de realidades conflitantes e díspares. Desse último tipo de língua, é a nossa língua portuguesa. Sem arvorar falsa modéstia, podemos dizer que apenas o árabe, o espanhol, o francês e o inglês se igualam ao português, em todo o mundo, na peculiaridade de serem instrumento de expressão nacional de mais de quatro países. Essa riqueza, que nos dá ares de universalidade, não se mede pelo número de teses universitárias sustentadas, pelo número de patentes internacionais requeridas, pelo número de livros publicados, mas se mede pela variedade dos países que a utilizam e das culturas que ela é capaz de exprimir originariamente; e se mede pela dimensão do testemunho humano que ela for capaz de legar às gerações que se vão sucedendo.

Essa riqueza, entre nós, países da CPLP, se mede por tudo o que formos capazes de expressar em nossa língua e, também, por tudo o que formos capazes, em nossa língua, de guardar e resguardar.

Para desenvolver, consolidar e projetar essa última capacidade, essa capacidade de guardar e resguardar, reúnem-se aqui, hoje e amanhã, nossos sábios na matéria, alguns dos responsáveis por nossos arquivos e bibliotecas e nós devemos ser gratos a eles, assim como sermos gratos ao Secretariado da CPLP, que soube promover esse encontro. Devemos ser gratos mas também devemos expressar, além de nossa gratidão, nossa confiança na responsabilidade que colocamos sobre seus ombros, a responsabilidade de dar continuidade a essa troca de conhecimentos e expectativas, de procurar dar início ao estabelecimento de uma efetiva rede de arquivos e bibliotecas que amplifiquem nosso conhecimento de uma herança comum, comum porque expressa pela mesma língua, para que esse patrimônio seja efetivamente partilhado e, assim, nos fecunde a todos.

Dois ou quatro irmãos não têm, necessariamente, as mesmas memórias, nem mesmo das experiências que tenham vivido juntos. Mas quando compartilham as diversas memórias que têm, enriquecem-se mutuamente na construção de uma memória comum. Nossa tarefa talvez seja a da preservação e construção de nossa memória comum, para podermos buscar preservar um futuro também comum.

Sempre tive certo incômodo com as pessoas que escrevem memórias. Mas o fato é que se não for assim, outros escreverão sobre nós em suas próprias línguas e, no futuro, só seremos conhecidos pelo que os outros pensarem de nós, nunca pelo que nós pensarmos de nós mesmos. E isso vale também para a preservação de arquivos e bibliotecas. Preservá-los, é escrever nossa memória.

Mas já falei demais, não vieram aqui para me ouvir, mas para ouvir o que têm a dizer esses que escreverão nossas memórias.



Obrigado, mais uma vez, aos que puderam vir participar ativamente deste encontro, obrigado ao público que vem prestigiar esse momento de construção e obrigado ao Secretariado por promover estas conversas.

## MESA REDONDA

### «OS ARQUIVOS HISTÓRICOS E AS BIBLIOTECAS NACIONAIS NA PRESERVAÇÃO DO LEGADO HISTÓRICO E CULTURAL DOS ESTADOS-MEMBROS DA CPLP»



- *Guilherme Frazão Conduru, Ministro Encarregado do Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil*
- *Margarida Lages, Chefe de Divisão de Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal*

**Moderadora:** Cátia Miriam Costa, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE - IUL

## INTERVENÇÃO DE MARGARIDA LAGES

### **Chefe de Divisão de Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal**

Agradeço o honroso convite da Senhora Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, para apresentar o arquivo diplomático e cumprimentar os meus colegas de painel bem como todos os presentes.

Gostaria de começar por dizer que o arquivo obriga a pensar, obriga a ler e a perceber a sua singularidade.

Como dizia Max Weber é optar por compreender a partir do sentido do autor e eu acrescentaria a partir do território e do código do autor.

Porque é disso que se trata quando olhamos para um arquivo e para o diplomático em particular.

A língua é aqui o fator unificador e comum e como afirma o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Santos Silva, no seu livro *Argumentos Necessários*, as línguas cruzam culturas, e não só as tradicionais, mas também a cultura de uma instituição. No Ministério a sua cultura encontra-se plasmada em cada documento e pouco mudou ao longo dos tempos.

Com uma dimensão de cerca de 40 Km no universo em que Portugal tem representação diplomática, dos quais cerca de 20 Km em Lisboa, o arquivo está intimamente ligado à história mundial e contém em si parte de cada um dos países e organizações com as quais Portugal mantém relações, ou participa como membro efetivo e também da sua própria história. Mas o arquivo vai mais longe ao utilizar como instrumento a língua, faz com que nela possamos reconhecer e ainda nas palavras de Santos Silva “o quadro fundamental em que se forma e emerge a identidade de cada sujeito” ou de cada país. Ou ainda de uma comunidade, como seja a portuguesa espalhada pelos cinco continentes.

Em Portugal, os arquivos diplomáticos estão genericamente referenciados a 1736, data da criação da primeira Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tida como antecessora direta do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O arquivo e a biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros são dirigidos de forma integrada, por uma única unidade orgânica, o que possibilita uma maior interação entre a documentação em arquivo e a sua referência bibliográfica.

A nova sala de leitura, dotada de pessoal especializado, permite que os investigadores e demais interessados tenham ao seu dispor milhares de documentos de arquivo e obras relevantes para o estudo da história da diplomacia em Portugal.

O Instituto Diplomático é o órgão do Ministério responsável por todo o arquivo, incluindo o arquivo corrente produzido no âmbito de atividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assim, o Arquivo Diplomático guarda a documentação produzida no âmbito da

atividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que pelo seu valor histórico, administrativo, probatório, testemunhal ou informativo, foi avaliada como tendo valor permanente.

Falamos dos seguintes fundos:

Dos serviços da administração central, de 1850 a 1985;

Das embaixadas, legações e representações portuguesas no estrangeiro, de 1819 a 1985;

Das missões e delegações permanentes de Portugal junto das principais Organizações Internacionais, de 1949 a 1977;

Tratados e outros atos internacionais subscritos por Portugal, incluindo ratificações e adesões, de 1839 a 1995; e, finalmente,

Monografias elaboradas por diplomatas e outros funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em exercício das suas funções, de 1922 a 1966.

Os fundos do arquivo, para além desta documentação, contêm também espólios pessoais de diplomatas, dos quais gostaria de destacar o de dois ex-ministros, que se cruzaram ao longo da carreira, mas que divergiram em tempo político. Falo de Franco Nogueira, o último ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar e de Vasco Futscher, ministro já depois da revolução de abril e prematuramente desaparecido.

Estamos perante um arquivo original, com textos escritos “de um outro para outro distante”, rompendo o quotidiano de cada um, tentando mostrar, organizar o real em que nos movemos. É uma espécie de brecha de onde irrompe um acontecimento inesperado.

Ler o arquivo é uma coisa, mantê-lo vivo é outra. Implica o gesto artesanal de cerzir uma tessitura incompleta, que aproxime o gesto do tempo e da voz do humano. É preciso ouvi-lo, é preciso lê-lo!



## PAINEL 1

### ARQUIVOS HISTÓRICOS

#### PRESERVAÇÃO E PARTILHA DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA NO QUADRO DA CPLP



- *Guilherme Frazão Conduru, Ministro Encarregado do Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil*
- *Martinho Brito, Diretor do Arquivo Histórico Nacional de Cabo-Verde*
- *Joel das Neves Tembe, Diretor do Arquivo Histórico de Moçambique*
- *Alfredo Caldeira, Administrador do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares*

**Moderadora:** Cátia Miriam Costa, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE - IUL

Diretor do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde

*Arquivo Nacional de Cabo Verde: 30 anos a Preservar e a Disseminar os Acervos Coloniais e Nacionais, na Era da Globalização.*

Esta apresentação foi feita no âmbito da comemoração do dia da língua portuguesa na CPLP, do Encontro dos Arquivos e Bibliotecas Nacionais desta Comunidade, conforme o programa recebido, cujo Painel 1 – *Arquivos Históricos: Preservação e partilha do património documental e cooperação técnica no quadro da CPLP*, tinha como um dos oradores, o Conservador do Arquivo Nacional de Cabo Verde (ANCV), Dr. Martinho Brito, que apresentou, de forma holística, o ANCV, começando pela abordagem da sua génese, passando pelo seu estado de arte e perspetivando o seu futuro.

### **1. Introdução e Génese do ANCV**

O Arquivo Histórico Nacional foi criado através do Decreto-Lei nº 123/88, de 31 de dezembro. Atualmente designado ANCV, é um organismo público, com autonomia administrativa e financeira, e tem como missão a incorporação, inventariação, conservação e disseminação do património arquivístico nacional à sua custódia, promovendo a fruição de todos os utentes que queiram investigar e/ou saber sobre a história e memória de Cabo Verde, ou ainda para conseguir provar a sua origem, nacionalidade, herança familiar, etc.

A sua criação remonta à pós-independência, altura em que o Governo cabo-verdiano se apercebeu da quantidade e da relevância da documentação produzida pela administração colonial e do seu precário estado de conservação e de segurança. Na tentativa de preservar o património arquivístico nacional, esse Governo tomou medidas urgentes. Logo nos inícios dos anos 80, era escolhido como local adequado para receber a abundante e importante documentação, o edifício da Alfândega da Praia, edifício esse que servira de serviços das alfândegas durante vários anos, desde a sua construção em 1820. Esta ação, a primeira de uma série, marca um significativo passo na materialização desta grandiosa obra. Papeis havia em quantidade e urgia empreender medidas adequadas para se acautelarem de deterioração e perda desses documentos, fonte imprescindível para qualquer estudo sério sobre a história de Cabo Verde.

A partir de 1985, dava-se outro importante passo para a concretização desse projeto nacional com inventários e transferências de fundos arquivísticos levados a cabo em quase todo o território nacional. Por conseguinte, houve um outro passo, em 1988, igualmente importante, que consistiu na concretização da infraestrutura das instalações do Arquivo Histórico e sua adaptação às necessidades de um Arquivo Nacional, comportando ao edifício diversos serviços com uma distribuição e uma interligação que os tor-

navam extraordinariamente funcionais a saber: área administrativa, área de tratamento técnico, as oficinas (restauro e encadernação, microfilmagem e digitalização), museu de documentos especiais, depósitos de conservação e área de atendimento ao público (salas de leitura, exposições, conferências e projeções).

Para se alcançar esse desiderato foi necessário tomar algumas medidas de políticas consentâneas às missões e aos valores pré-estabelecidos como foi o caso da criação do Arquivo Histórico Nacional e algumas normativas após a independência de Cabo Verde, enquanto instituição que garantisse a custódia dos fundos históricos, transformando o antigo edifício da Alfândega da Praia num espaço de memória, particularmente, com a criação em 1991, do Museu dos Documentos Especiais, que lhe permitiu preservar e disseminar os seus trabalhos, para melhor servir os seus utentes.

Para além do espaço físico (alfândega), era preciso a criação de estruturas orgânicas estatuídas nas normativas sobre os arquivos e até dos seus estatutos, com serviços e as suas respetivas áreas de atribuições, com três direções e um departamento: Direção Técnica dos Serviços de Arquivo; Direção de Comunicação Documental; Direção de Pesquisa; e Departamento de Recursos Humanos, Patrimoniais e Financeiros. Porém, em termos espaciais o ANCV foi dividido: 1 sala de leitura e 1 pesquisa, com 1 biblioteca de apoio, 5 depósitos, 1 de Conferência, 3 oficinas de tratamento, restauro e encadernação, 1 museu de documentos especiais, além dos 12 gabinetes, incluindo o do Conservador e 1 sala alugada ao serviço de Registo Notariado e Identificação (RNI) de Cabo Verde.

A nossa visão para este Arquivo estriba-se em três eixos fundamentais:

- O da identidade cultural - preservação do património documental, incorporando, tratando e digitalizando os fundos para todas as gerações;
- O da educação patrimonial - comunicação e informação através do museu de documentos especiais, como forma de disseminar a memória histórica; e
- O da democratização patrimonial – a conservação dos legados documentais através das novas tecnologias (infraestruturação, digitalização, armazenamento e publicação em plataforma digital) em prol de uma sustentabilidade durável e a boa governança.

## **2. Arquivos Coloniais: Preservação e Divulgação no ANCV**

Em termos de tipologias dos fundos no nosso Arquivo existe um vasto leque de documentos, da administração colonial ultramarina, tais como: Secretaria-geral do Governo da Província de Cabo Verde, a Repartição Provincial dos Serviços da Administração Civil, a Repartição Provincial dos Serviços Aduaneiros, o Instituto do Trabalho, Previdência e Ação Social, Cartório Notarial da Praia, Registos Paroquiais, datados de 1651 a 1975.

Por um lado, podemos considerar que o ANCV é o repositório mais rico e completo depósito de documentos relativos à administração colonial, em especial a partir do século XVII. Nele se encontra a mais variada documentação relativa a história administrativa,



política, demográfica, económica, social, religiosa, ambiental e das migrações de Cabo Verde e das ex-colónias portuguesas.

Basta recordar que o Arquivo Nacional possui no seu acervo a mais importante documentação referente às legislações, cartas, provisões, consultas e aos regimentos, instruções referentes à administração política, económica e eclesiástica do território, normas de explorações agrícolas, plantações e missões, providências e preceitos sobre o comércio, navegação, escravos e emigração, estatísticas demográficas e habitacionais, memórias referente à colonização e emigração, requerimentos, queixas, representações ou petições de moradores, pedidos de socorro, lutas contra a fome e seca, relações de donativos, etc.

Por outro lado, estes fundos arquivísticos contêm documentos originais vários, como livros de registo ou livros de regimentos, requerimentos das partes, leis, cartas, registos de ofícios, sinopses, registos de testamentos, translados de testamentos, de inventários orfanológicos, registos de batismos, casamentos, óbitos, guias de remessa, etc.

Em 1974 a UNESCO, considerou estes fundos arquivísticos coloniais depositados no ANCV, como Património Comum, por se constituir um precioso acervo, totalizando aproximadamente 413 metros lineares, sendo a maioria documentação manuscrita.

Dada a natureza dessa documentação manuscrita e avulsa, e, pelo facto de estar bem organizada, classificada, com instrumentos de pesquisa disponível e ao mesmo tempo ser frequentemente solicitada pelos investigadores nacionais e estrangeiros, particularmente, do espaço da CPLP, urge tomar medidas comuns para a sua preservação e conservação de modo a garantir a perenidade e consulta com segurança desse acervo que interessa a todos nós. Neste âmbito o ANCV tem desenvolvido uma série de ações de modo a tornar prioritário o processo de tratamento e digitalização como forma de sua salvaguarda, conservação e divulgação. E é com esse propósito que trazemos ao debate qual é o melhor procedimento a desencadear entre as partes.

### **3. Os Desafios do ANCV na Gestão e Partilha dos Acervos Coloniais**

É evidente que o ANCV vem dando tratamento técnico e científico adequado dessas centenas de milhares de documentos. Mas é de realçar que ainda permanecem desafios que afetam o ANCV no domínio de preservação, conservação e restauro, digitalização, comunicação e acessibilidade, que devem ser ultrapassados para se tornar num desafio da comunidade arquivística da CPLP.

Por isso, o esforço terá de ser comum, pois as dificuldades são cada vez maiores em praticamente todos os domínios, principalmente nessa era da evolução sistemática das novas tecnologias. Urge fazer o levantamento das fontes para a História dos países da Comunidade e para a História da Administração Colonial. Que outros organismos nacionais também vocacionados para a promoção e o desenvolvimento da cultura tomem consciência disso: os povos sempre desejaram avidamente conhecer a sua memória para uma melhor consolidação da identidade nacional.

É neste sentido que o ANCV vem desenvolvendo estratégias deveras significativas para a prossecução desse desiderato que é tornar possível que os nossos arquivos coloniais sejam partilhados e se tornem acessíveis dentro e fora da Comunidade. É claro que para isso teremos que criar projetos comuns, relançar protocolos de cooperação ao nível da formação, estágios, promover encontros, trocar informações e experiências, tomando como exemplo ações levadas a cabo em tempos entre o ANCV e as suas congéneres de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e em particular com as de Portugal, em que ressalvamos, como fruto da excelente relação institucional existente, o desenvolvimento do Projeto Resgate que é o exemplo mais cabal de partilha de documentação e informação que poderá ser alargada aos outros países.

Esta ideia de gestão e partilha dependerá do combate aos desafios endógenos e exógenos ao nosso Arquivo, em Cabo Verde e no mundo globalizado.

Numa perspetiva endógena, precisamos de:

- Mudança de paradigma que passa da era papel para a digital; como arquivar os documentos digitais?
- A aposta firme na busca de sustentabilidade, fazendo parcerias e trocas de serviços com as instituições públicas e privadas, principalmente, as Universidades, uma vez que o modelo de cooperação bilateral e multilateral está cada vez mais escasso.
- A formação especializada, nos domínios de informática, conservação e restauro, digitalização, comunicação e acessibilidade dos fundos.
- A reorganização do ANCV em Rede, tendo em vista a criação de arquivos regionais e municipais, e por fim
- A terciarização de serviços nos arquivos como a digitalização, a segurança no armazenamento e disseminação dos dados e gestão privada de alguns serviços dependentes, mediante termos de referências, caderno de encargos e/ou trocas de serviços.

Os desafios exógenos passam pela partilha de boas práticas dos nossos parceiros com o nosso arquivo para a elaboração de um inventário geral dos fundos das ex-colónias, contribuindo assim para a composição da História Comum da Comunidade e da História da Administração Colonial, como forma de propagação dos fundos através de publicações, em suportes papel e digital, museus real e virtual e arquivos comuns da CPLP.

#### **4. Projeto de Recuperação do Acervo de Cabo Verde em Portugal**

O chamado Projeto Resgate consiste na partilha de documentos cabo-verdianos que estão depositados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) desde 2012 a esta parte. É um projeto arquivístico de cooperação internacional, pertença do Ministério da Cultura de Cabo Verde, que pretende facilitar a investigação da história colonial aos histo-

riadores/pesquisadores e estudantes, dando-lhes a possibilidade de lerem, à distância, todo o tipo de documentos (leis, regimentos, instruções, mapas, etc.), com informação diversa - desde a troca de correspondência entre as autoridades locais e o poder central na metrópole, à fiscalização e controle dos principais agentes administrativos coloniais através de audiovisual e catálogos publicados ou em formato digital, e expandir o acesso às fontes para a história do Cabo Verde colonial ao tratar e digitalizar a documentação que diz respeito ao nosso país existente no AHU e concernentes aos mais de 500 anos de administração colonial portuguesa em Cabo Verde.

Projeto grandioso que tem propiciado grandes avanços rumo à ambicionada consolidação da nossa memória histórica, alicerce da identidade cultural da Nação, com possibilidades razoáveis de seguro retorno para a comunidade académica nacional e, especialmente para os interessados no estudo da história de Cabo Verde, nos estudos do período colonial cabo-verdiano, nos estudos específicos do atual estado das ilhas e de numerosas outras abordagens da pesquisa histórica com base em documentos primários.

Por todos estes considerandos, inferimos que a tarefa do arquivo não é fácil e nem será fácil, pois, implica, na verdade, que haja um esforço comum para podermos salvar e partilhar esse património por meio de projetos internacionais de cooperação arquivística. E é este o sentido da nossa comunicação neste fórum.

*Arquivo Histórico de Moçambique e cooperação na CPLP: experiências de partilha de património documental e formação.*

#### **Introdução e contextualização**

A presente comunicação insere-se no conjunto das discussões que corporizaram o primeiro painel sobre “*Arquivos Históricos: preservação e partilha do património documental e cooperação técnica no quadro da CPLP*”, e tem como objetivo partilhar as experiências desenvolvidas pelo Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) nesse domínio. Recorde-se que o encontro tem como objetivos contribuir para o levantamento do acervo histórico dos Estados membros da CPLP, a criação do Arquivo Histórico Comum do período colonial e da luta de libertação dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, compilar o acervo histórico (oral, audiovisual e cinematográfico das televisões públicas dos Estados membros) e identificar formas de proporcionar o acesso aos respetivos arquivos históricos. Portanto, os arquivos podem corporizar modelos de cooperação que permitem a construção do empenho político claro dando sequência às decisões adotadas pelos Chefes de Estado e Governo da CPLP.

Este evento decorre numa altura em que os nossos países experimentaram um pouco mais de 40 anos de independência e um período de democratização recente reclamando novos valores de inclusão sociopolítica, diálogo, liberdade de expressão, tolerância e diversidade. Estes novos valores alinhados com a sociedade de informação, onde as leis de acesso à informação começam a ganhar corpo nos nossos países, colocam novas pressões aos arquivos como centros de informação e de preservação da memória. A Declaração Universal dos Arquivos pela Unesco em 2011 reforçou o papel dos arquivos na Sociedade. O contexto pós-colonial também tem reclamado a reconfiguração dos arquivos face às omissões e silêncios produzidos pela construção da memória histórica nos arquivos coloniais. Por outro lado, os paradigmas da arquivística têm igualmente dado primazia ao acesso universal às fontes arquivísticas, abrindo espaço para uma maior colaboração interinstitucional e partilha de fontes arquivísticas entre os antigos colonizadores e colonizados, construindo um arquivo comum.

É neste contexto que o AHM pretende partilhar as experiências que tem desenvolvido desde os anos 1980 através de parcerias bilaterais e multilaterais visando a partilha do património documental e mais acesso universal, bem como a sua capacitação técnica, em particular na formação do capital humano.

## **AHM e o Acervo documental**

O AHM foi criado em 1934 no quadro da reforma administrativa colonial ditada pelas mudanças do Estado Novo em Portugal e a necessidade da integração do espaço colonial português, no caso consubstanciada no Ato Colonial de 1930. Desde então, a posição do AHM como arquivo da colônia e responsável pela coleção bibliográfica moçambicana foi se consolidando a par da missão de produzir a história de Moçambique. Assim, desde muito cedo, o AHM articulou a preservação de documentos com a produção historiográfica de Moçambique, com realce para o papel desempenhado pelos seus diretores pioneiros, Caetano Montez e Alexandre Lobato. Depois da independência de Moçambique, este esforço foi continuado pela Doutora Inês Nogueira da Costa, entre 1978 e 1999, altura em que a nova direção por mim chefiada deu continuidade a esse desiderato. O quadro técnico do AHM é constituído por cerca de 14 técnicos em gestão de arquivos, 16 técnicos em história e ciências sociais, 3 informáticos, 1 químico, 1 jurista, e 6 em administração e contabilidade.

O AHM funciona em três edifícios principais adaptados e requalificados para depósitos e funções arquivísticas. Destes apenas um, em dimensões reduzidas, onde funciona a sede, se apresenta com condições adequadas e apropriadas para arquivos. O seu espólio é constituído por cerca de 30.000 metros lineares de documentação textual dos séculos XIX e XX/XXI. Cerca de 15.000 metros lineares permanecem acumulados e por tratar. O acervo comporta ainda cerca de 7000 horas de história oral e sonora, 300.000 microfiches de documentos sobre os séculos XVIII e XIX de vários arquivos portugueses e alguns jornais, 95 títulos de jornais publicados em Moçambique para além de mais de 1000 títulos de outros periódicos diversos, cerca de 100.000 fotografias, mapas, plantas de cidades, cartazes e selos. É de referir que durante a vigência do regime do Comissário Régio António Enes no século XIX, a documentação portuguesa em Moçambique foi recolhida para Portugal.

Com o crescente interesse dos investigadores em pesquisas sobre os poderes africanos, dinâmicas identitárias, integração regional, e processos de desenvolvimento socioeconómico e técnico-científico, há uma grande expectativa em partilhar documentos anteriores ao século XVIII e sobre os hiatos da documentação dos séculos XVIII/XIX, incluindo sobre fronteiras, para além da documentação do Arquivo Histórico Militar, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos anos 1970 do Arquivo do Ministério do Ultramar.

## **Ações de Cooperação**

As ações de cooperação desenvolvidas pelo AHM com os membros da CPLP têm sido caracterizadas pela exploração dos acordos culturais entre Estados, e de iniciativas bilaterais e multilaterais com instituições arquivísticas, bibliotecas, universidades e demais organizações filantrópicas, com destaque para Portugal e Brasil. Uma das plataformas de

aproximação e partilha de ideias que resultam em ações programáticas de cooperação tem sido o Fórum dos Arquivos Nacionais da CPLP, revitalizado em 2003/2004 e com a assinatura formal dos seus princípios de funcionamento em 2009. Nesta altura foi esboçada uma aproximação ao Secretariado Executivo da CPLP. O AHM também contribuiu na Presidência deste Fórum.

A primeira grande iniciativa de cooperação no domínio dos arquivos teve lugar no quadro do Acordo de Cooperação Cultural entre Portugal e Moçambique, entre 1982 e 1985, que culminou com a microfilmagem de documentos dos séculos XVIII e XIX em vários arquivos portugueses com o apoio financeiro do programa SAREC da Suécia. O estágio de tratamento técnico nos arquivos portugueses e as dificuldades operacionais podem ter deixado alguns hiatos que ainda carecem de alguma avaliação. Em 2002, um Memorando de Entendimento entre o AHM e Torre de Tombo permitiu explorar várias iniciativas visando apoio técnico ao AHM e partilha de alguns documentos da PIDE.

Foi neste contexto que uma iniciativa multilateral coordenada pelo IPAD, envolvendo a própria Torre do Tombo, o Instituto do Livro e Bibliotecas e o Instituto do Património Arquitectónico, permitiu a assinatura do Acordo de Parceiros entre 2004/2006 com a Universidade Eduardo Mondlane, instituição que tutela o AHM, sob a chancela do Governo moçambicano. Esta parceria beneficiou o AHM na reabilitação e requalificação dos três edifícios funcionais e seu equipamento com alguma estantaria compacta, para além de preparação do programa de construção do novo edifício e algumas ações de treinamento e estágio dos técnicos do AHM, tanto em Portugal como em Moçambique. Importa salientar também o apoio da Comissão das Comemorações dos Descobrimentos e o projeto Memória de África que permitiram o início da informatização da biblioteca e estágio profissional no Arquivo Municipal de Lisboa. O apoio da Fundação Portugal-África é igualmente de destacar.

A cooperação com as universidades inclui as Universidades de Évora, Minho e de Lisboa, que proporcionaram lugares supranumerários para acesso a programas de pós-graduação e mestrado em Ciências Documentais e envio de docentes para ministrar cursos de curta duração em Moçambique.

Outra ação de cooperação importante de assinalar é com o Brasil através de programas de formação superior em arquivística e estágios profissionais nas áreas de arquivos digitais e de preservação, combinados entre o Arquivo Nacional do Brasil e as parcerias com a Universidade Federal da Bahia e Arquivo Estadual da Bahia. Através de protocolos governamentais foi possível beneficiar do apoio da Agência Brasileira de Cooperação para a instalação de um minilaboratório de Conservação e Restauração no AHM desde 2014. Ações de cooperação continuam a ser exploradas com a Universidade Federal de Minas Gerais através do CECOR – Centro de Conservação e Restauração.

Outras ações de formação e intercâmbio técnico têm sido desenvolvidas esporadicamente com os Arquivos Nacionais de Angola e de Cabo Verde. No caso particular de

Angola, algumas ações de treinamento técnico em Moçambique têm contado com a participação de técnicos angolanos do Arquivo Histórico Nacional de Angola e de outras instituições públicas e privadas angolanas.

### **Desafios futuros e perspectivas**

O AHM continua comprometido com o desenvolvimento de ações de cooperação para o cumprimento dos objetivos comuns dos Estados membros da CPLP. A sua prioridade está relacionada com a sua capacitação institucional ao nível de construção de edifício apropriado para a preservação da documentação e recolhimento de arquivos produzidos depois da independência nacional, incluindo a capacitação técnica, tendo em vista o fortalecimento do seu papel no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos de Estado (SNAE) em Moçambique.

A preservação e partilha de documentos, o desenvolvimento de plataformas virtuais comuns, incluindo interfaces com bibliotecas na transferência de tecnologias e construção de conhecimento comum, constituem parte importante das prioridades e perspectivas do AHM. A cooperação também deverá alargar-se a instituições privadas e filantrópicas para o desenvolvimento de mecanismos de acesso universal aos arquivos. Outro campo de cooperação que tem merecido pouca atenção relaciona-se com a própria administração dos arquivos nacionais e a aquisição de materiais, equipamentos e consumíveis, não existentes no mercado nacional.

### Administrador do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares

#### *Preservar e divulgar a Memória Comum*

Agradeço o convite de aqui poder estar com colegas e amigos na partilha de objetivos comuns tendo especialmente em vista, como bem assinala a CPLP, o trabalho colaborativo em rede no contexto da cooperação multilateral.

A preservação e divulgação da memória comum dos nossos países e dos nossos povos exigem a assunção de responsabilidades urgentes e partilhadas, envolvendo os Governos e outras entidades oficiais dos diferentes países e acolhendo ainda as instituições e personalidades que se batem pela Memória.

Passados mais de quinhentos anos sobre os cruzamentos entre culturas tão diferenciadas, quando a luta dos nossos povos se traduziu afinal na vitória comum da liberdade, gostaria de sublinhar a necessidade inadiável de salvar e levar ao público e aos investigadores a memória desse passado, preservando as nossas raízes, assegurando a sua divulgação e estudo e também o resgate dos nossos combates pela dignidade.

#### **Situação geral**

A realidade, porém, é que muitos dos arquivos dos países que integram a CPLP apresentam em comum, como todos sabemos, a falta de meios financeiros, técnicos e de pessoal:

- Não estão instalados em edifícios apropriados;
- Foram, por vezes, alvo de ações destrutivas;
- Esses edifícios apresentam frequentes problemas graves de conservação e manutenção;
- A documentação está muitas vezes desorganizada, em deficientes condições de acondicionamento e conservação, sem identificação rigorosa;
- Quase nunca se verificou a incorporação de documentos produzidos pós-independência, ou seja, esses arquivos remontam quase integralmente ao período colonial;
- O pessoal é diminuto e, frequentemente, sem formação adequada;
- São poucos e frágeis os meios de reprodução – designadamente, digitais;
- Raramente existem planos consistentes de disponibilização da sua documentação ao público e, em especial, através da Internet.

Não é o momento de chorar mais algumas lágrimas de crocodilo e, pelo contrário, afigura-se urgente enunciar as prioridades de intervenção em matéria de tratamento e disponibilização pública desse património:

- Salvar e digitalizar os arquivos objeto da nossa história comum, designada-



mente respeitantes ao colonialismo e, em especial, ao trabalho forçado e às lutas de libertação nacional;

- Promover ações de formação de pessoal dos diferentes países;
- Divulgar na Internet, em regime aberto, os arquivos tratados;
- Incentivar, designadamente via Internet, a criação de produtos e instrumentos educativos e pedagógicos;
- Organizar e promover colóquios, debates e exposições, em estreita ligação com Universidades, Centros de Investigação e outras entidades culturais;
- Instituir prémios e conceder bolsas de estudo e patrocinar atividades editoriais;
- Estimular a cooperação cultural e científica entre as instituições protetoras e promotoras da Memória dos nossos diferentes países, incluindo as plataformas eletrónicas existentes para o efeito.

### **Cultura, Educação e Memória**

Na verdade, a Cultura, a Educação e a preservação da Memória são instrumentos essenciais de progresso e de melhoria de uma Cidadania ativa e consciente, em que se insere inequivocamente a salvaguarda e disponibilização pública dos arquivos e bibliotecas, com especial ênfase para:

- Os principais instrumentos de domínio colonial na pós-escravatura, designadamente as curadorias e instituições similares;
- Os movimentos e revoltas emancipalistas e de libertação.

Considera-se também essencial, para o efeito, o desenvolvimento de sistemas informáticos comuns que permitam agregar informação hoje dispersa e que, por vezes, repousa em sistemas tecnológicos já obsoletos.

### **Parcerias e Consórcios**

A constituição de parcerias e consórcios entre os interessados, públicos e privados, constitui o ponto de partida do cumprimento desses objetivos, visando, designadamente:

- Reforçar as condições materiais das instituições intervenientes;
- Fornecer formação contínua aos quadros envolvidos, aumentando as suas competências técnicas e profissionais;
- Apoiar a formação de professores e de outros agentes culturais;
- Desenvolver instrumentos de pesquisa nas áreas temáticas abrangidas, projetando a médio e longo prazo um aumento da qualidade da educação e da capacitação profissional dos quadros dos diferentes países.

As experiências de cooperação entre os nossos países e as suas instituições, públicas

e privadas, têm permitido, apesar das carências conhecidas, alcançar significativos avanços no acesso ao conhecimento da nossa História Comum:

- Por um lado, identificando e tratando arquivos e bibliotecas que, em muitos casos, se encontravam em perigo iminente de destruição;
- Por outro, desenvolvendo plataformas informáticas suscetíveis de acolher e gerir esses materiais;
- Promovendo também os estudos, edições e exposições capazes de divulgar essas memórias comuns, levando-as ao conhecimento de novos interlocutores, quer nos próprios países, quer noutras comunidades.

Importa sublinhar que só o trabalho conjugado dos diferentes parceiros permitirá melhorar as condições de tratamento e de acesso à documentação à sua guarda.

Queremos destacar aqui três iniciativas que permitiram, de modo continuado, acolher o resultado de ações de cooperação desenvolvidas:

- O *Portal das Memórias d'África e d'Oriente* que é um projeto da Fundação Portugal-África, desenvolvido e mantido pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento;
- O *Portal Casa Comum*, que foi desenvolvido pela Fundação Mário Soares tendo em vista disponibilizar na Internet documentação histórica de diferentes países da CPLP, criando um espaço de diálogo e de memória das nossas Culturas e da História de cada um dos parceiros envolvidos neste projeto;
- A *Exposição Virtual Comum* organizada em torno do *Congresso Internacional Política e Cultura na Imprensa Periódica Colonial*.

Estas iniciativas devem ser, na minha opinião, progressivamente compatibilizadas, tendo especialmente em atenção a sua óbvia complementaridade.

### **Grupos-alvo**

Na verdade, os grupos-alvo prioritários são largamente transversais e poderão ser assim sumariamente definidos:

- Estudantes, professores e demais agentes culturais dos Países de Língua Oficial Portuguesa;
- Cientistas Sociais, designadamente historiadores, sociólogos e antropólogos;
- Comunidade Académica, em especial mestrandos e doutorandos;
- Institutos e Fundações empenhadas na preservação da Memória Histórica;
- Investigadores de qualquer parte do mundo cujo campo de atividade incida sobre os países de língua oficial portuguesa e, em especial, sobre as formas assumidas pelo colonialismo e pela resistência dos povos ocupados;
- Documentalistas e colaboradores das instituições envolvidas na cooperação;

- Profissionais da informação escrita e audiovisual;
- Público em geral – interessado no acesso em rede à documentação e registos bibliográficos.

### **Bases tecnológicas**

Importa assinalar, por outro lado, que em muitos países são conhecidas as dificuldades estruturais, quer de âmbito global, quer setorial e ainda em termos da fragilidade das competências técnicas e científicas do pessoal envolvido na preservação dos arquivos e bibliotecas.

Nessa medida, as iniciativas de cooperação que foi possível desenvolver ao longo dos anos depararam-se com sérios constrangimentos – designadamente técnicos.

Daí que as bases tecnológicas de diferentes projetos repousaram excessivamente na capacidade técnica de outros países, enviesando as próprias condições de afirmação das parcerias estabelecidas.

Nestes termos, o desenvolvimento das tecnologias utilizadas raramente evoluiu de modo contínuo, abrindo mesmo lugar a obsolescências que o passar do tempo tornou difíceis de resolver – até pela dimensão técnica e financeira que foram ganhando.

Por isso, se entende essencial desenvolver com os diferentes parceiros soluções de melhoria das condições de tratamento e de acesso à documentação à guarda dos respetivos arquivos e bibliotecas e, bem assim, de modernização aberta das soluções informáticas a implantar.

Para o efeito, as plataformas a considerar deverão, designadamente, prever redes informáticas com interligação de escala internacional, equipamentos de digitalização, sistemas de armazenamento, ferramentas aplicacionais de registo de meta-informação, ferramentas aplicacionais de tratamento e edição de imagem, vídeo, áudio e outros e ainda recursos e sistemas de publicação e acesso global na Internet – devendo os sistemas e plataformas lógicas ser baseados em *standards* e fortemente orientados para o conceito de “open source software”.

### **Modelos de cooperação**

Conforme já enunciado, o futuro depende em larga medida do estabelecimento de parcerias entre arquivos, bibliotecas, universidades, centros de investigação e demais entidades, públicas e privadas, empenhadas na defesa e promoção da memória comum dos nossos povos – visando, essencialmente, a salvaguarda e tratamento da documentação que, precisamente suporta essa memória.

Para esse efeito, importa dotar os diferentes parceiros de acrescidas capacidades de intervenção, contemplando, em especial, o desenvolvimento de soluções informáticas que melhorem as condições de acesso público aos materiais tratados e a capacitação persistente do respetivo pessoal, tendo em conta a sua capacidade de intervenção já

instalada, a extensão e tipologia dos respetivos fundos documentais e bibliográficos e a sua perspetiva de tratamento e disponibilização pública da documentação.

Nestes termos, entende-se fundamental que os modelos de cooperação a estabelecer respeitem a especificidade de cada parceiro, encontrando soluções adequadas, praticando embora regras e procedimentos similares.

### **Apoios ao desenvolvimento**

As orientações aqui defendidas implicam, por um lado, a construção de um empenho político claro por parte dos vários países – dando aliás corpo a diversas decisões já adotadas pela CPLP – e, por outro, a mobilização de meios técnicos e financeiros que suportem as parcerias e consórcios a definir, devendo prever-se a constituição de um centro difusor que melhor permita gerir os meios disponíveis e articular as metas dos diferentes projetos.

Na verdade, trata-se também de assegurar a promoção, de modo conjugado e devidamente planeado, de iniciativas educativas, científicas, editoriais e expositivas que enquadrem os esforços de salvaguarda e disponibilização pública da nossa Memória Comum, tal como ela se encontra nos diferentes arquivos, públicos e privados, dos nossos países.

Sem excessivas ilusões, mas consciente da importância global e nacional dos passos acima enunciados, reiteramos a urgência de medidas concretas que permitam a salvaguarda da Memória Comum.

E consideramos que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pode aí desempenhar um papel relevante, acolhendo e apoiando iniciativas que visem estabelecer as condições para salvaguarda e divulgação da Memória Comum em português. Saibamos nós ultrapassar particularismos inúteis e, pelo contrário, construir soluções abrangentes e participadas.



## PAINEL 2

### ARQUIVOS HISTÓRICOS

#### SISTEMAS DE ARQUIVO ADAPTADOS

#### ÀS NOVAS TECNOLOGIAS NA CPLP: ACESSOS E PARTILHAS



- *Alfa Djaló, Diretor do Arquivo Histórico da Guiné-Bissau*
- *Ana Canas, Diretora do Arquivo Histórico Ultramarino da Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas de Portugal*
- *Mário Soares de Freitas, Vogal do Conselho Executivo da Fundação Portuguesa das Comunicações*

**Moderadora:** Cátia Miriam Costa, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE - IUL

## INTERVENÇÃO DE ALFA DJALÓ

**Diretor do Arquivo Histórico da Guiné-Bissau do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau**

Excelência Senhora Secretária Executiva da CPLP, Dra. Maria do Carmo Silveira  
Minhas senhoras e meus senhores

Queiram antes de mais aceitar os nossos votos de agradecimento pelo convite formulado à nossa Instituição para tomar parte no referido evento de grande importância para a comunidade arquivista da CPLP.

Agradecimentos extensivos a todos que de forma direta ou indireta estão presentes neste fórum.

Assim, cabe-me informar que em 10 de Novembro de 1984 foi criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) que tem como missão executar a política de pesquisa científica, dinamizar ações de pesquisa em todos os domínios das ciências sociais e naturais, bem como organizar o Arquivo Histórico Nacional, com a exclusividade de recolher, tratar e conservar os documentos históricos, no quadro do artigo segundo, alínea b) do Decreto-lei n.º 31/84 publicado no suplemento do Boletim Oficial. O Arquivo Histórico Nacional, no quadro da sua atribuição, recebe os documentos de carácter histórico ou intermediário, produzidos ou recebidos pelas instituições públicas e garante a sua acessibilidade ao público em geral. No exercício das suas atribuições o Arquivo Histórico trabalhou em colaboração mútua com as instituições públicas, dando-lhes instruções para melhor aplicação da política de gestão de documentos administrativos nas respetivas instituições.

Numa época em que o acesso à informação assume a maior importância no desenvolvimento cultural e tecnológico, a realização deste evento, cujo lema é “A preservação do legado histórico e cultural dos Estados membros da CPLP”, suas experiências e estratégias, constitui mais um importante passo para melhorar o acesso aos documentos que integram os seus Arquivos Nacionais.

Em 29 de Novembro 1947 foi criado o Museu da Guiné, ficando-lhe anexos um Arquivo Histórico e uma Biblioteca para facilitar aos investigadores o acesso aos documentos com interesse para a investigação. Para tal, foram copiados, sobretudo do Arquivo Histórico Ultramarino, milhares de documentos referentes à Guiné.

Os resultados práticos referentes aos Arquivos após a Independência foram danosos à formação do nosso património documental e levou à deterioração de massas documentais significativas localizadas em diferentes instituições.

Ciente de todos estes problemas, o Arquivo Histórico está, hoje, muito empenhado no tratamento dos documentos coloniais e não só e em promover a sensibilização dos cidadãos sobre o valor dos Arquivos, sobretudo no que concerne à planificação e à sensibilização das administrações para o valor do património documental.

Ao longo da sua existência o Arquivo Histórico percorreu todo o país para recolher toda a documentação colonial portuguesa arquivada em diferentes postos administrativos, nas oito regiões e trinta e dois sectores administrativos que compõem a Guiné – Bissau, o que veio a totalizar 12.291 metros lineares.

### **Situação atual dos arquivos**

1. Com a revolta militar de 7 de junho de 1998, o Arquivo Histórico degradou-se de uma forma considerável devido a utilização dos depósitos dos arquivos como quartel militar das tropas estrangeiras invasoras, sendo que esta degradação tem-se mantido e não tem sido possível ultrapassá-la devido à situação de constante instabilidade política dos sucessivos Governos.
2. Por falta de orçamento próprio para o seu funcionamento, o Arquivo Histórico não consegue lamentavelmente pagar as suas quotas anuais no Conselho Internacional dos Arquivos;
3. O Arquivo Histórico tem falta de pessoal formado na área própria;
4. Os Arquivos não dispõem de instalações adequadas para a conservação dos documentos.

Relativamente aos sistemas de arquivo adaptados às novas tecnologias na CPLP: **acessos e partilhas**, mais uma vez o nosso Arquivo tem sido vítima da situação de sobressalto vivida no país nos últimos 10 anos, pelo que não tem sido fácil falar sobre novas tecnologias de informação, contudo estamos esperançados que, com o apoio incansável da Fundação Mário Soares e da CPLP possamos, num curto espaço de tempo, estar em condições de falar largamente sobre as novas tecnologias de informação.

**Para ilustrar melhor os danos causados tentei elencar os três tipos de arquivos existentes no INEP.**

<b>I – Arquivos (correntes) Administrativos</b>	
<b>Documentos Correntes</b>	<b>Metros lineares</b>
Existentes antes do conflito	14,30
Desorganizado durante o conflito	8,30
Destruídos	6



2 – Arquivos Intermédios	
Documentos	Metros lineares
Existentes antes do conflito	12,60
Desorganizado durante o conflito	8
Destruídos	1,8
Não desorganizados	2,8

3 – Arquivos Históricos/INEP	
Documentos	Metros lineares
Existentes antes do conflito	1291,30
Desorganizado durante o conflito	985,90
Não desorganizados	315,40

### **Agradecimentos**

Não podia terminar essa minha pequena apresentação sem deixar de agradecer à CPLP pelo apoio dado na reorganização dos Arquivos pós conflito e na aquisição de equipamentos informáticos e de escritório.

E à Fundação Mário Soares que incansavelmente apoiou, quer material a quer financeiramente, tendo disponibilizado um técnico para apoiar na digitalização dos fundos do Arquivo e da Repartição do Gabinete do Governador.

Ainda agradecer à British Library pelo apoio financeiro para salvar os Arquivos da antiga capital (Bolama) aquando da ocupação Inglesa naquela ilha.

Um último agradecimento à Universidade da Madeira por digitalizar cerca 2.000 fotos que retratam aspetos da sociedade guineenses, como a cultura e a economia.

## INTERVENÇÃO DE ANA CANAS DELGADO MARTINS

**Diretora do Arquivo Histórico Ultramarino da Direção-Geral do Livro,  
Arquivos e Bibliotecas de Portugal**

### *Património Arquivístico Comum e Governação Sustentável*

A experiência e contribuição da Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) na área dos arquivos tem-se traduzido e pode expressar-se em ambas as áreas hoje em debate neste Encontro sobre “Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais da CPLP”: Preservação e partilha do património documental e cooperação técnica no quadro da CPLP e Sistemas de arquivo adaptados às novas tecnologias na CPLP.

Deixo de lado, por ora, a experiência da DGLAB quanto aos sistemas de arquivo corrente e à intervenção técnica arquivística antes da produção dos documentos.

Referir-me-ei mais ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e também ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Na DGLAB, estes são os serviços que mais concentram património arquivístico comum com os países da CPLP. Património comum que tem âmbito territorial, humano e político mais alargado do que a própria CPLP, como veremos quando apresentar algumas imagens de documentos.

Parte deste património arquivístico comum tem tido mais de uma vida, “é um organismo vivo” apropriando-me de uma expressão de Eric Ketelaar ao contar o percurso de um documento de arquivo textual.

O património arquivístico comum do AHU e do ANTT informa sobre as atividades de organismos da administração colonial portuguesa central e da sediada nos territórios ultramarinos frequentemente de forma indireta. Informa ainda acerca da atuação de muitas outras entidades com as quais esta administração se cruzou. Simultaneamente regista dados diversos relativos às pessoas que constituíram essa administração ou que dela foram objeto. Portugueses e outros povos, comunidades e indivíduos de diversas origens e culturas, classificados de diferentes modos, vivendo ou movimentando-se dentro e fora da área de governo de Portugal.

Esta documentação tem sido utilizada, na atualidade, como suporte de ações em ou por vários dos países representados na CPLP e neste Encontro, nomeadamente no domínio das obras públicas ou no de atividades económicas ligadas à exploração de recursos naturais, para decisões mais sustentadas.

Em vários casos, serve ainda para afirmar a soberania de Estados que compõem a CPLP. A delimitação de fronteiras no continente africano é apenas um exemplo.

Recorre-se também a alguns destes documentos para fins legais e judiciais, como a obtenção da nacionalidade ou o apuramento de direito a heranças e à posse de propriedades.

A investigação em várias áreas, em especial em História em diferentes vertentes – política, social, da ciência, económica, cultural – e por agentes variados, não exclu-

sivamente historiadores, continua a ser o domínio preferencial e que alimenta outras reutilizações destes documentos.

Uma delas é o conhecimento da organização dos territórios (em conjunto com os recursos oriundos de outros domínios científicos como a geografia, as engenharias relacionadas ou o urbanismo).

Outra, o conhecimento das realidades culturais e a construção de memórias de comunidades e nações.

Estas reutilizações estendem-se à educação e a iniciativas culturais que várias vezes têm, felizmente, extravasado fronteiras, caso das exposições e de produtos a elas associados.

Algumas passam, com grande sucesso, pela recriação artística de documentos de arquivo textuais ou de imagem, em peças, instalações ou literatura.

A rainha Ginga para Angola, Gungunhana para Moçambique ou Amílcar Cabral para Cabo Verde estão bem documentados no AHU e/ou no ANTT. A informação de tais documentos, conjugada com relatos orais, investigada historicamente e reinventada em variantes próprias da língua portuguesa, por escritores contemporâneos como o angolano José Eduardo Agualusa ou o moçambicano Mia Couto contribui para a agregação de povos e a afirmação de identidades nacionais.

Mas para este património comum ter ainda mais vidas e contribuir para uma governação sustentável é necessário alargar a sua comunicação, tratando-o arquivisticamente, conservando-o fisicamente e disponibilizando-o com instrumento de hoje.

No contexto da DGLAB e especificamente no ANTT, a utilização extensiva de uma base de dados de descrição arquivística (Digitarq) e a associação crescente de imagens de documentos impulsionaram o acesso, via internet, ao conhecimento deste património e a conteúdos informativos dos documentos.

Esse é o caminho que se está a fazer no Arquivo Histórico Ultramarino, mantendo-se acessíveis os instrumentos de pesquisa e as imagens de coleções fotográficas que já tinham sido disponibilizadas no ACTD (Arquivo Científico Tropical Digital), repositório digital do IICT (Instituto de Investigação Científica Tropical, entretanto fundido com a Universidade de Lisboa e com a DGLAB).

Sobretudo quanto ao ANTT, a experiência de uso desta base de dados, incluindo pelos utilizadores externos, já permite afinar práticas de aplicação das Normas Internacionais de Descrição Arquivística - ISAD (G) e sistematizar vias de recuperação da informação.

Ainda no contexto da DGLAB, foi implementado no ANTT um sistema de serviços em linha para a pesquisa, reprodução e consulta presencial de documentos (CRAV) que virá a ser alargado ao AHU.

Reconhecem-se algumas condicionantes para um salto maior nas formas de disponibilização dos instrumentos de pesquisa e das imagens, na recuperação da informação

(como a indexação e o Registo de Autoridades Arquivísticas) e nos serviços correlacionados.

Tais condicionantes relacionam-se frequentemente com os recursos humanos disponíveis, a necessidade de interação com técnicos mais jovens e com outras formações e percursos, bem com o imperativo de financiamento.

Olhando para a frente, será de apostar nas pessoas e na sua formação diversificada. É sabido, por exemplo, o quanto em Portugal e na Europa se carece de profissionais no domínio da informática, incluindo técnicos, e como é difícil atrai-los para a Administração Pública.

Com recursos humanos qualificados será ainda de aprofundar parcerias nacionais e internacionais para projetos de tratamento do património, digitalização seletiva, estudo e reutilizações diversas dessa documentação. Projetos que exigem interconexão com universidades e centros de investigação e algum investimento público.

As situações variam no quadro da CPLP, incluindo em termos de pertenças no contexto internacional arquivístico.

Mas é viável uma cooperação técnica cruzada, bem delimitada e assente na partilha da informação e do conhecimento numa língua comum, com variantes, e que inevitavelmente comunica com outras fontes de informação e de conhecimento em outras línguas.

A concluir, algumas imagens deste Património Arquivístico Comum à CPLP e alargado a outros países e povos. Património este que, relacionado com recursos de informação geridos por bibliotecas, museus ou outras entidades, permite produzir mais informação, conhecimento (e até arte) e fundamentar melhor a governação.

### Vogal do Conselho Executivo da Fundação Portuguesa das Comunicações

A Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC), cujos Instituidores são a ANA-COM, a ALTICE/MEO e os CTT, apresenta os seus mais cordiais cumprimentos e através de V. Exa, saúda todos os representantes membros da CPLP, colaboradores e presentes nesta iniciativa que, uma vez mais, põe a Organização da CPLP e o seu Secretariado Executivo nos mais elevados níveis da missão que lhe está cometida.

No contexto deste Encontro sobre a temática «Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais da CPLP», permito-me partilhar com os presentes algumas notas que refletem de alguma forma a linha de pensamento e prática que tem vindo a presidir à atuação da Fundação Portuguesa de Comunicações, enquanto gestora, curadora e dinamizadora de um largo património ligado ao setor das comunicações - entendido este como o universo postal e das telecomunicações.

A Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC) é a herdeira, guardiã e divulgadora do vastíssimo e riquíssimo património histórico, científico e tecnológico das comunicações em Portugal, com quase 500 anos de atividade postal, e cerca de 200 anos de atividade de telecomunicações.

No quadro da sua missão e de acordo com os seus estatutos (artigos terceiro e quarto) a Fundação Portuguesa das Comunicações desenvolve as seguintes atividades

1. Guardar, conservar, estudar, investigar, promover e divulgar o património histórico, científico, artístico, filatélico e tecnológico das comunicações em Portugal e demonstrar e divulgar o seu contributo para o desenvolvimento económico e social do país e da comunidade;
2. Manter, e dinamizar o Museu das Comunicações, permitindo neste espaço não só divulgar e animar a história e o acervo patrimonial, como também divulgar e demonstrar a importância do setor e das novas tecnologias nos seus "espaços futuro" - Escola e Casa, nomeadamente:
  - Promoção da literacia digital;
  - Combate à infoexclusão;
  - Utilização das novas tecnologias ao serviço do bem-estar e comodidade dos cidadãos;
  - Utilização das novas tecnologias como forma de promover uma cidadania mais ativa e participativa;
  - Utilização das novas tecnologias no combate ao isolamento e à solidão no respeito pela universalidade das comunicações como princípio fundamental;
  - Utilização das novas tecnologias ao serviço e na inclusão das pessoas com necessidades especiais;

- Utilização das novas tecnologias ao serviço da divulgação do saber, do conhecimento, da eficiência e competitividade na nova sociedade digital.

O Museu das Comunicações é visitado anualmente por cerca de 47 mil cidadãos nacionais e estrangeiros, na sua maioria jovens em idade escolar, em visitas de estudo e atividades curriculares.

O seu Arquivo Histórico é composto por mais de 42.000 UI (mais de 500.000 documentos), o Arquivo Iconográfico engloba mais de 150.000 itens, a Biblioteca tem mais de 80.000 obras - nomeadamente sobre os setores filatélicos e telecomunicações, o seu acervo patrimonial tem cerca de 64.676 peças, do qual fazem parte 15.907 peças relacionadas com o acervo postal e 48.769 peças do acervo das telecomunicações e, finalmente, o seu acervo filatélico é composto por 3,4 milhões de selos e 788 peças classificadas como património artístico.

Este vasto património de interesse público é um legado e um instrumento de cultura que merece e justifica um olhar atento e uma ação consistente com os objetivos que presidem à FPC.

É neste contexto que entendemos que a cultura não tem de ser, porque intrinsecamente não é, o “parente pobre” da estrutura civilizacional das sociedades.

Assim, enquanto conjunto de informações estruturadas e consolidadas, permitem-nos identificar uma matriz conceptual e comportamental comum a vários países e civilizações e por isso passível – ultrapassadas variáveis muitas vezes semânticas -, de unir povos e definir o muito mais que temos em comum, do que o que nos diferencia.

As bibliotecas e os museus têm sido os guardiões, nem sempre dinâmicos, desse acervo cultural e civilizacional, adotando uma postura mais próxima da curadoria stricto sensu do que a de dinamizadoras criativas e transformadoras da informação em conteúdos, dependendo exclusivamente para o efeito dos estabelecimentos de ensino e das empresas e serviços de *media*, para acrescentar valor a esses conteúdos.

Por via disso, a questão da sustentabilidade e em alguns casos continuidade, dessas organizações, até agora e na sua grande maioria dependentes do Estado, tem vindo a ser equacionada de forma mais premente.

Este modelo deve ser desafiado em termos de mudança, mesmo que temporalizada, numa alteração de paradigma: sabemos que a informação tem valor!

Sendo a informação a matéria – prima essencial para muitas atividades, há que refletir, em toda a cadeia de valor, os benefícios da sua utilização. Haverá, pois, que encontrar e dotar as instituições que a detêm, de meios, materiais e humanos, que lhes permitam, com vista à sua sustentabilidade, transformar a informação (até agora estática) em valor.

Por via da dinamização de modelos de economia colaborativa, parcerias ou mesmo mecenato, as bibliotecas e museus, tem de encontrar novas formas de disseminar, em

formato adequado, a informação que está na origem do conhecimento, que por sua vez estrutura a cultura – só assim, se encontrarão os mecanismos que permitirão suportar os custos que a nobre missão de conservação e preservação dos acervos patrimoniais e culturais, comportam.

Atrevo-me a ir mais longe...O valor do conhecimento e cultura, associado ao “saber fazer”, deverá em breve ser considerado (em alguns setores já o é) um ativo intangível e por isso transacionável, que vá além das contrapartidas do trabalho prestado.

Desta forma, a cadeia de valor da informação, a sua conservação, sistematização, adaptação e disponibilização, estará verdadeiramente completa. Assim, poder-se-á conferir / reconhecer um valor aos vários intervenientes no processo, desde a sua criação, até ao seu consumo que, neste caso, consiste num outro e novo início do processo criativo.

A língua comum é um facilitador que representa óbvias economias de escala, por força da dimensão do mercado que representa, com reflexos provados no processo de interiorização, processamento e comercialização. Há pois que dinamizar, fomentar e instrumentalizar mecanismos de gestão eficaz de recursos, de partilha de meios e processos, aproveitando e maximizando o uso das novas tecnologias e cavalgando as facilidades que a logística permite, nomeadamente em matéria de fluxos de bens e competências e consequentemente de ideias e melhores práticas – neste caso aplicável à informação, à cultura e ao conhecimento que representa o acervo contido nos arquivos históricos e bibliotecas.

A CPLP é o fórum onde todo este processo pode ter uma articulação ágil e eficaz. A Fundação Portuguesa das Comunicações, neste contexto é e será um ator disponível e colaborativo.

## PAINEL 3

### BIBLIOTECAS NACIONAIS

#### COOPERAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS NACIONAIS NA CPLP: DO INTERCONHECIMENTO À HARMONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS



- *Fátima Fernandes, Curadora da Biblioteca Nacional de Cabo Verde*
- *Maria Inês Cordeiro, Diretora-Geral da Biblioteca Nacional de Portugal*
- *Ana Monteiro, Coordenadora da Gestão do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos*

**Moderadora:** *Olívia Pestana, Faculdade de Letras da Universidade do Porto*



*Biblioteca Nacional de Cabo Verde e os desafios da preservação do legado histórico num pequeno Estado CPLP*

#### **Enquadramento**

Reunidos em Lisboa, nos dias 3 e 4 de maio de 2018, por ocasião das Comemorações do 5 de maio, Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, os representantes dos nove países pertencente à Comunidade e convidados para a Reunião técnica sobre os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais da CPLP, que decorreu na Sede da CPLP, refletiram sobre o lema: «Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP».

Durante o programa desenvolvido, foi possível a partilha de várias situações operacionais e constrangimentos por que passam os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais, os quais poderão conformar os desafios para os próximos tempos e tomadas de decisões que visem a melhoria dessas instituições defensoras do património e da cultura.

As Bibliotecas Nacionais da CPLP, umas tuteladas pelos Ministérios da Cultura e outras pelos da Educação, são na sua maioria instituições dotadas de personalidade jurídica de direito público, providas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, organizando-se como serviços abertos ao público destinados a recolher, catalogar, conservar, divulgar e enriquecer nos domínios do conhecimento, o património escrito-literário e audiovisual nacional, independentemente da sua plataforma de difusão.

A execução de projetos estruturantes tanto para a defesa do património literário como para a promoção dos autores da Comunidade, através de projetos editoriais, da realização de feiras de livros, de Planos Nacionais de Promoção e incentivo à Leitura e a ambição de participação em certames internacionais exige um corpo de profissionais com formação adequada e um conjunto de estratégias adequadas, sob orientações políticas devidamente recomendadas e consensualizadas.

A Biblioteca Nacional de Cabo Verde, com esta partilha, elaborada a partir do seu Plano Estratégico 2018-2022, gostaria de poder contribuir para uma reflexão mais alargada em torno das características e diagnóstico do funcionamento das Bibliotecas Nacionais, considerando-se complementarmente a partilha de práticas, experiências e competências específicas das instituições convidadas.

## **As Bibliotecas Nacionais da CPLP sua importância na preservação de um património comum**

As Bibliotecas Nacionais constituem um repositório de grande valor no reconhecimento das instituições que zelam pelo património escrito da Comunidade dos Povos que partilham uma História e um percurso em Língua Portuguesa, no quadro literário e documental, pelo que um Encontro para análise e discussão acerca das práticas, necessidades e desafios por que elas passam se afigura não só pertinente como atual.

Uma primeira análise da situação de funcionamento, dos projetos em curso e das fontes de financiamento, dos recursos humanos, técnicos e tecnológicos que as suportam, coloca-nos em situação de registar uma necessidade urgente de nos conhecermos melhor para, onde for possível, harmonizar as nossas intervenções, em prol de uma rede de contactos e comunicação, que decorre em defesa do património físico e bibliográfico e pela busca de respostas para o cumprimento das missões institucionais.

Assim, pelo exemplo de Cabo Verde, este documento procura elencar um conjunto de ações que preconizam a real valorização e dignificação da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, no conjunto das Bibliotecas Nacionais, projetando-se em quatro anos algumas linhas de trabalho individuais e/ou em parceria.

### **1.1 O Plano Estratégico da BNCV - 2018-2022**

Criado no quadro da avaliação diagnóstica realizada entre fevereiro e junho de 2017, com a assunção de Nova Curadoria, o Plano Estratégico compreende um horizonte de quatro anos e desenvolve a seguir a Visão, a Missão e os Objetivos das BNCV, extensíveis à Bibliotecas da CPLP, com enfoque para seis eixos estratégicos, a seguir apresentados.

#### **Visão**

Ser referência na preservação do património escrito e literário, na diáspora e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, enquadrada numa economia moderna e de defesa bibliográfica e cultural.

#### **Missão**

As Bibliotecas Nacionais da CPLP têm por missão catalogar, conservar, divulgar e enriquecer os patrimónios escrito-literários nacionais, nos domínios do conhecimento, independentemente do suporte.

De acordo com as orientações políticas nacionais, as Bibliotecas Nacionais podem acumular a atribuição de promover a implementação da Política Nacional de Leitura. Nesse contexto, com a recente iniciativa de conceber e implementar o Plano Nacional de Leitura, em conjunto com o Ministério da Educação, e em parceria com as Cooperação

Brasileira, Portuguesa, e também perspetivando-se a integração no Plano de Leitura da CPLP, a missão da Biblioteca Nacional de Cabo Verde deverá conhecer um figurino novo nos próximos tempos, assegurado pelo investimento no património físico, nos Recursos Humanos, Técnicos e Tecnológicos adequados as tais desafios.

## **Valores**

Para uma ação mais consentânea com os desafios propostos no Desenvolvimento Estratégico do Governo da IX Legislatura em Cabo Verde, no desenho de um novo modelo de gestão, impõe-se o reconhecimento de valores cruciais para o bom desempenho das instituições. Assim, os valores abaixo consubstanciam a valorização da BNCV numa perspetiva articulada e de progresso da seguinte forma:

- **Inovação** – este valor legitima o cumprimento da principal missão da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, de assegurar a preservação patrimonial, pela modernização de todos os seus setores e serviços, com recurso a novas tecnologias, a tecnologias de informação e comunicação e a projetos inovadores, criativos e capazes de gerar emprego jovem e dinâmicas participativas de um modelo de gestão eficiente;
- **Inclusão** – por este valor a Biblioteca Nacional promove a igualdade de oportunidade e acessibilidade ao conhecimento a todos, contemplando em especial as faixas populacionais menos favorecidas, as comunidades periféricas, rurais e periurbanas, e os leitores com necessidades educativas especiais, na linha de expansão de novas camadas de leitores do Plano Nacional de Leitura;
- **Internacionalização (da Literatura Cabo-Verdiana)** – a partir da organização do Morabeza – Festa do Livro e da participação da Biblioteca Nacional em Feiras e Encontros Internacionais, das parcerias nacionais, diaspóricas e estrangeiras, propicia-se uma maior internacionalização da Literatura e da Cultura cabo-verdianas;
- **Ambição** – valorizando o património bibliográfico e considerando o potencial da Biblioteca Nacional em constituir-se como Agência Bibliográfica Nacional, ambiciona-se a efetivação do Sistema Nacional de Bibliotecas (incluindo a Rede de Bibliotecas Municipais em interface com uma Rede de Bibliotecas Escolares e ainda com as Redes nacionais e internacionais, universitárias, outras Bibliotecas Nacionais, as da CPLP, as da Rede Unesco). Tal ambição apresenta-se fundamental para a promoção de um Plano Nacional de Leitura, integrado no Plano de Leitura da CPLP, incrementando-se o processo com a próxima Presidência de Cabo Verde, em respeito não só pelo património cultural e literário, mas também pela elevação da dignidade institucional e pela excelência na prestação de serviço.
- **Orgulho Nacional** – reunindo-se os valores anteriores, em projetos estruturantes, acreditamos que a Biblioteca de Cabo Verde poderá ser uma instituição de referência na valorização do património bibliográfico.

## II

### Objetivos da Biblioteca Nacional de Cabo Verde

- Valorizar o acervo bibliográfico/literário nacional
- Garantir maior visibilidade da BNCV (comunicação e redes sociais)
- Formar e capacitar os recursos humanos da BNCV num modelo de gestão responsável
- Assegurar uma maior visibilidade internacional da BNCV
- Promover a sustentabilidade das bibliotecas
- Aumentar o número dos utentes e leitores nas bibliotecas (da Rede de Bibliotecas BNCV)
- Melhorar a qualidade do serviço prestado pelas bibliotecas

## III

### Eixos

Delineados os objetivos a atingir, ficam definidos os seguintes eixos:

- Acervo Bibliográfico e Patrimonial
- Quadro Legal
- Quadro Institucional (recursos humanos, património físico; projetos)
- Incentivo à Leitura
- Comunicação e Marketing
- Cooperação Internacional

Os eixos foram definidos numa ordem que será traduzida em prioridades, que orientarão as estratégias de comunicação com a Tutela e com os parceiros, assim como as especificidades das várias ações e projetos que as viabilizarão. Desde a elaboração dos planos de trabalho até à apresentação dos resultados, serão tidos em conta indicadores de resultados/desempenho quantitativos e qualitativos.

Assim, procurar-se-á continuar a apostar fortemente no tipo de gestão partilhada e na criação de condições de trabalho mais adequadas, embora cientes de que todo o processo exigirá uma boa capacidade de liderança, da valorização do empenho das chefias intermédias em assegurarem a comunicação e uma planificação atempada de tarefas, que ainda não fazem parte de uma rotina generalizada.

Passa-se de seguida a desenvolver cada um dos eixos, acompanhados dos objetivos e respetivas ações:

<b>Eixo 1 – Acervo Bibliográfico e Patrimonial</b>	
<b>Objetivos 1</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançar o Portal (Biblioteca Digital) da BNCV</li> <li>• Prover o Catálogo da BNCV</li> <li>• Implementar o Depósito Legal</li> </ul>	
<b>Ações</b>	<b>Projeções</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do Portal e da Biblioteca Digital da BNCV</li> <li>• Incremento do catálogo da BNCV</li> <li>• Alimentação da Base de Dados</li> <li>• Reforço do acervo (aquisição)</li> <li>• Redefinição do Depósito Legal (Legislação, afetação de Espaços e Recursos Humanos próprios) com a reorganização do acervo implicando mudança interna de acervo</li> <li>• Lançamento da Biblioteca digital da BNCV</li> <li>• Digitalização de obras de autores cabo-verdianos</li> </ul>	<p><b>2017</b> – Redefinição do domínio bncv.cv            – Contratação de serviço de Assistência Técnica especializada;            – Levantamento de possibilidades de investimento; organização de dossiê técnico e orçamentação;            – Incremento do catálogo (reforço por aquisição e ofertas);            – Redefinição da identidade institucional (logotipo, manual de identidade, uniformes e página de facebook);            – Recrutamento de Estagiários Profissionais</p> <p><b>2018</b> – Aprimoramento do Depósito Legal;            – Lançamento do Portal da BNCV;            – Reforço do acervo bibliográfico;</p> <p><b>2018</b> – Transladação do acervo Luís Romano            – Tratamento e Valorização do Espólio Gilberto Freire</p> <p><b>2018</b> – Programa Morabeza            – Lançamento do Projeto “B-On Hespérides”</p> <p><b>2019</b> – Lançamento do ponto de acesso digital BNCV</p> <p><b>2020-2021</b> – Digitalização do século XIX-XX</p> <p><b>2017-2021</b> – Protocolos com Universidades para cedência de estagiários visando colmatar as necessidades de Recursos Humanos</p>
<p><b>Notas:</b> Para o reforço do acervo, contam-se as seguintes ofertas</p> <p><b>2017</b> – Embaixada de Portugal;</p> <p><b>2018</b> – Agência Brasileira de Cooperação (Brasil)            – Biblioteca Nacional de Portugal            – Possibilidade de parcerias e reforço de parcerias com AHNCV/IIPC e Universidades</p>	

## Objetivos 2

- Proceder ao Diagnóstico das Bibliotecas em Cabo Verde
- Criar o Sistema Nacional de Bibliotecas (Biblioteca em Rede)
- Participar da Implementação do Plano Nacional de Leitura

Ações	Projeções	Notas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e Aplicação de Inquérito às Bibliotecas</li> <li>• Lançamento da Ação Biblioteca Essencial – Plano Nacional de Leitura;</li> <li>• Fomento da Política Nacional de Leitura</li> <li>• Criação de novos Setores (Reservados e coleções especiais)</li> </ul>	<p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Visitas a Bibliotecas Escolares e Municipais para diagnóstico e Estudo preliminar;</li> <li>– Ofertas/Doações a Bibliotecas Escolares para escoamento do grande depósito de livros da BNCV;</li> </ul> <p><b>2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Conclusão do Diagnóstico de Situação das Bibliotecas</li> </ul> <p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Início da Ação Biblioteca Essencial / Plano Nacional de Leitura</li> </ul> <p><b>2017-2019</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Disseminação da Ação Biblioteca Essencial</li> </ul> <p><b>jan 2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– início do projeto piloto de Dinamização da Rede de Bibliotecas Escolares</li> </ul> <p><b>maio 2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Lançamento oficial do Plano Nacional de Leitura;</li> <li>– Lançamento oficial da Rede de Bibliotecas Escolares /</li> </ul> <p><b>2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– oferta BNP</li> <li>– oferta BN Brasil</li> </ul> <p><b>2018-2019</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Requalificação do Edifício para os 20 anos BNCV</li> <li>– Reservados e Coleções</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Santiago</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tarrafal;</li> <li>• São Lourenço dos Órgãos</li> <li>• Praia</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>São Vicente</b></p> <p>Todos os Pólos educativos e Biblioteca Municipal</p> <p style="text-align: center;"><b>Ilha de Santiago</b></p> <p><b>Parcerias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BNCV/MED/Coop.Portuguesa;</li> <li>• CNUnesco</li> </ul>

## Eixo 2 – Quadro Legal

### Objetivos 1

- Garantir o funcionamento de acordo com Normativos
- Implementar uma cultura de valorização do trabalho e de profissionalismo
- Rever o quadro legal da Biblioteca Nacional

#### Ações

- Criação do Regulamento Interno e instrumentos de gestão da BNCV
- Criação de instrumentos de gestão da BNCV
- Revisão dos Estatutos da BNCV
- Revisão do PCCS da BNCV
- Estabelecimento de indicadores de resultados

#### Projeções

- 2017** – Elaboração e Aprovação do Regulamento Interno BNCV  
– Revisão dos Estatutos e Elaboração de Versão proposta
- 2017** – Elaborados acordos laborais para adequação dos perfis às funções dos funcionários;  
– Criados alguns normativos internos para controlo disciplinar – planilha de tarefas; Registos de ocorrência disciplinar;  
– Realização de uma formação básica em Excel
- 2018** – Aprovação de um novo Estatuto;  
– Revisão do PCCS da BNCV ou equivalente;  
– Formação de quadros e/ou recrutamento de novos quadros adequados à missão, às atribuições e aos projetos.  
– Definição, socialização e implementação de um quadro de indicadores de resultados por setor/ departamento/projeto

### Objetivos 2

- Operacionalizar o funcionamento do Depósito Legal
- Garantir a Legislação sobre o Depósito Legal
- Definir um Quadro Legal para as Edições

#### Ações

- Elaboração da Legislação sobre o Depósito Legal
- Elaboração de um Quadro Legal para as Edições
- Lançamento de concursos literários
- Projeto trienal de Edições BNCV
  - Obras literárias
  - Catálogos
  - Revista da BNCV

#### Projeções

- 2017** – ERealocação das obras do Acervo para o Depósito Legal;  
– Identificação de um Responsável pelo Depósito Legal;
- 2018** – Regulamento do Depósito Legal  
– Legislação Depósito Legal
- 2018** – Quadro Legal Edições  
– Lançamento de Editais de Concursos Literários (Mário Fonseca, Orlanda Amarílis, Prémio Revelação; Livro do ano)
- 2018-2021**
- Plano de Reedição dos Clássicos (4 por ano = 13 clássicos até 2021)
  - Uma Revista
  - Coleção Catálogos BNCV

<b>Ações</b>	<b>Projeções</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recuperação do espólio literário cabo-verdiano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Campanha de sensibilização para o reforço do Depósito através de doações voluntárias;</li> <li>Negociação para a recuperação de espólio disponível em instituições nacionais e estrangeiras (ANCV; Bibliotecas Nacionais; Liceu Ludgero Lima; Torre do Tombo em Lisboa, CIDAC, ...)</li> </ul>

### Eixo 3 – Quadro Institucional

#### Objetivos

- Definir um Plano de Atribuições e Funções dos RH
- Definir um Sistema de Avaliação de Desempenho dos RH
- Definir um Plano de Formação e Capacitação dos RH
- Estabelecer Parcerias com Instituições de Formação

<b>Ações</b>	<b>Projeções</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequação das funções do pessoal com as suas atribuições</li> <li>Contratação de pessoal especializado</li> <li>Criação de uma planilha de avaliação de acordo com as atribuições definidas e objetivos da BNCV</li> <li>Definição de indicadores de desempenho</li> </ul>	<p><b>Cenário ideal</b></p> <p><b>2018</b> – Novo Estatuto +PCCS  – Novos elementos legais;  – Novos perfis  – Novos recrutamentos  – Contratações  – Cedência de pessoal/Mobilidade  – Revisão de disposições contratuais</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação especializada para os funcionários da BNCV</li> </ul>	<p><b>2017</b> – Animação de Leitura  – Elaboração de Projetos</p> <p><b>2018</b> – Técnicas Editoriais  – Organização e Animação de Feiras e certames literários  – Bibliotecas em Rede</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Intercâmbios / Mobilidade interinstitucional</li> </ul>	<p><b>2017</b> – Elaboração dos Termos de Referência/Protocolos para intercâmbio e mobilidade/concursos de estágios internacionais em Bibliotecas da CPLP (Portugal, Brasil, Angola; Moçambique);</p> <p><b>2018</b> – Elaboração dos Termos de referência para concursos do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa</p> <p><b>2018-2019</b> – Primeira edição da Mobilidade com pelo menos dois funcionários</p>



## Quadro Institucional 2 – Património Físico

### Objetivos

- Redefinir os Espaços interiores da BNCV
- Requalificar o Edifício da BNCV

Ações	Projeções	Notas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reorganização dos setores em funcionamento</li> <li>• Criação de novos espaços e Departamentos</li> <li>• Requalificação do edifício da BNCV</li> <li>• Climatização do espaço</li> <li>• Redefinição do Depósito Legal com Espaços e Recursos Humanos próprios)</li> <li>• Extensão do edifício da BNCV</li> </ul>	<p><b>2017</b> – Reorganização dos espaços BNCV (Administração, Salas de Leitura, Espaços de atendimento e de Realização de Eventos);</p> <p>– Realocação de espaços e contratação de serviços técnicos e de higienização de livros);</p> <p><b>2017-2018</b></p> <p>– Assistência Técnica especializada em Engenharia – MI-HOT- e Arquitetura de Interior (Uni-Piaget e IIPC)</p> <p>– Levantamento de possibilidades de reorganização;</p> <p>– Constituição de dossiê técnico e orçamentação;</p> <p>– Redefinição de espaços com uma nova identidade institucional (Depósito Legal, Acervo e Coleções Especiais; Gabinetes de Projetos);</p> <p>– Recrutamento de Estagiários Profissionais (design e sinalética Arquitectos da Uni-Piaget e IIPC);</p> <p><b>2018</b> – Obras de requalificação pela Embaixada da China (Impermeabilização, substituição de aparelhos, eletricidade e canalização; pinturas)</p> <p><b>2018</b> – Implementação do Depósito Legal;</p> <p>– Nomeação do Responsável;</p> <p>– Registo das atribuições do Responsável e Instrumentos de Procedimentos para a recolha das obras para o Depósito Legal</p> <p><b>2019</b> – Projeto de extensão do edifício da Biblioteca Nacional</p> <p><b>2017-2021</b> – Protocolos com Universidades para cedência de estagiários e reforço de Recursos Humanos/Técnicos.</p>	<p><b>2017</b> – Protocolo de colaboração com a Universidade Jean Piaget;</p> <p><b>2018</b> – Parceria com o IIPC e da Biblioteca Nacional de Portugal</p> <p>Possibilidade de reforço de parcerias com AHNVCV/IIPC e Universidades</p>

## Quadro Institucional 3 – Projetos

### Objetivos

- Integrar a BNCV na rede de Bibliotecas Nacionais da CPLP
- Integrar a BNCV na rede de Bibliotecas Associadas da UNESCO
- Implementar o Plano Nacional de Leitura
- Implementar o Sistema Nacional de Bibliotecas
- Desenvolver projetos de Promoção da Leitura em Parceria...
- Recuperar o espólio literário da diáspora e no estrangeiro
- Participar de Projetos lusófonos de digitalização e catalogação de acervo

Ações	Projeções	Notas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de parcerias com as bibliotecas nacionais da CPLP e das Bibliotecas Associadas da Unesco</li> <li>• Adequação dos sistemas informáticos (software) que permitam a integração em rede com as demais bibliotecas</li> <li>• Assinatura dos memorandos de integração da BNCV em rede com as bibliotecas da CPLP e RNA da UNESCO</li> <li>• Dinamização da Rede Bibliotecas</li> <li>• Digitalização de obras de autores cabo-verdianos</li> </ul>	<p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ação Biblioteca Essencial</li> <li>– Despacho Conjunto do Plano Nacional de Leitura</li> </ul> <p><b>2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Resolução do Governo</li> <li>– Criação da Equipa do PNL</li> <li>– Indigitação do Comissário ou Coordenador do PNL</li> <li>– Instalação do LabLit (Laboratório Literário Cabo-verdiano)</li> </ul> <p><b>2019</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Lançamentos dos primeiros projetos do PNL</li> <li>– Lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares e Municipais integrada no Sistema Nacional de Bibliotecas CV</li> </ul> <p><b>2019</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Lançamento das primeiras obras digitalizadas</li> </ul>	<p><b>2017</b> – Protocolo de colaboração com a Universidade Jean Piaget;</p> <p><b>2018</b> – Parceria com o IIPC e da Biblioteca Nacional de Portugal</p> <p>Possibilidade de reforço de parcerias com AHNCV/IIPC e Universidades</p>

## Eixo 4 – Incentivo à Leitura

### Objetivos

- Definir um Plano Editorial de obras clássicas de acesso em grande escala
- Definir um Plano de Incentivo à Edição
- Definir um Plano de Doações a Escolas e Bibliotecas
- Participar da implementação do Plano Nacional de Leitura
- Definir um Programa Nacional de Incentivo à Leitura
- Estabelecer um Plano de Formação para Professores e Animadores
- Promover, em parceria com o Ministério da Educação, Clubes de Leitura nos Estabelecimentos de Ensino

Ações	Projeções	Notas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação para professores e animadores</li> <li>• Formação para Bibliotecários e gestores das bibliotecas</li> <li>• Promoção de palestras e debates sobre a literatura e os hábitos de leitura</li> <li>• Realização de tertúlias literárias e seções de leituras nos estabelecimentos de ensino</li> <li>• Realização de feiras e mini-feiras nos estabelecimentos de ensino</li> <li>• Doação de livros</li> </ul>	<p><b>2018 – Região Sotavento</b>                      – Projeto Piloto Rede de Dinamização das BE com a Coop Portuguesa;                      – Doações Biblioteca Essencial                      – Reedição de quatro clássicos;</p> <p><b>2019 – Região Barlavento</b>                      – Projeto Piloto Rede de Dinamização das BE com a Coop Portuguesa;                      – Doações Biblioteca Essencial</p> <p><b>2020</b>                      – Consolidação da <b>primeira etapa</b> (2017-2020) de 12 anos com Avaliação.</p>	<p>A extensão e/ou o sucesso do Plano Nacional de Leitura exige um compromisso do Governo para além das previsões no Orçamento de Investimento da Biblioteca Nacional</p> <p>Estudo a encomendar à Universidade de Cabo Verde</p>

## Eixo 5 - Comunicação e Marketing

### Objetivos

- Elaborar um Plano de Comunicação e Imagem da BNCV
- Conceber um Plano de Promoção, Divulgação e Implementação das Atividades e Eventos da BNCV
- Estabelecer Parcerias com os Órgãos de Comunicação Social
- Criar um Boletim Informativo/Revista da BNCV (versão eletrônica)

### Ações

- Criação e dinamização da página da BNCV nas redes sociais
- Produção de folhetos semanais com as atividades da BNCV
- Produção de spots e outros produtos publicitários
- Produção de produtos para merchandise com o logo e lema da BNCV
- Protocolos e parcerias assinados com os órgãos de Comunicação Social
- Produção de artigos para o Boletim Informativo/Revista

### Projeções

**2018**  
Página Facebook  
Manual de Identidade  
Protocolos  
Parcerias

**2018-2019**  
Protocolos (RTC e ES)  
Parcerias (Embaixadas e Centros de Investigação)  
Boletim ou Revista BNCV, Empresas de Telecomunicação

**2020**  
Anais da BNCV

### Notas adicionais:

Este eixo é transversal e fundamental para a análise da execução dos restantes eixos.

## Eixo 6 - Cooperação/ Parcerias

### Objetivos

- Estabelecer Parcerias e Protocolos com entidades nacionais e internacionais
- Estabelecer Parcerias e Protocolos com Bibliotecas Estrangeiras
- Internacionalizar a Literatura e Cultura Cabo-Verdiana através da Participação em Feiras e Festivais Internacionais

Ações	Projeções	Notas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protocolos assinados com instituições de ensino, quer secundário, quer universitário; com fundações e instituições ligadas; e/ou autores</li> <li>• Estágios Técnicos na BNP</li> <li>• Ações conjuntas – Morabeza Festa do Livro; Seminário Estudos CV com USP;</li> <li>• Participação em Feiras Internacionais</li> <li>• Realização da Bienal do Livro Lusófono</li> </ul>	<p><b>2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Unicv; UniPiaget, CNU, Minis-tério da Educação; Câmaras Municipais; RTC/TCV; Escola Secundária Pedro Gomes e Escola Secundária Cónego Jacinto;</li> <li>– Aldeias SOS</li> </ul> <p><b>2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Escola Secundária Santa Catarina (Fogo);</li> <li>– Câmaras Municipais; Rede Unesco; CPLP; CEDEAO</li> </ul> <p><b>2019-2020</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Embaixada da China;</li> <li>– 2018 – Feira Morabeza S. Vicente</li> <li>– 2019 – Feira Morabeza (a indicar)</li> <li>– 2020 – Feira Morabeza (a indicar)</li> </ul> <p><b>2018</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Otimizar Presidência da CPLP</li> <li>– Disseminar Feiras Livro Locais</li> <li>– Até finais 2018 lançar o anúncio da Bienal do Livro Lusófono</li> </ul>	<p><b>Parceiros em 2017</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aldeias SOS</li> <li>• Associações Comunitárias</li> <li>• Bibliotecas Nacionais</li> <li>• Câmaras Municipais</li> <li>• Comissão Nacional para a Unesco</li> <li>• Delegações Educação</li> <li>• Embaixadas</li> <li>• Escolas Secundárias</li> <li>• Universidades</li> <li>• RTC</li> </ul>

Este constitui o desenvolvimento da apresentação feita no Primeiro Encontro das Bibliotecas e Arquivos Nacionais da CPLP realizado a 4 de maio de 2018. A autora agradece a oportunidade da partilha e a possibilidade de poder desenvolver as propostas em contextos de trabalho futuro.

### Coordenadora da Gestão do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

#### *O Património Histórico da CGD*

A Gestão do Património Histórico (GPH) da Caixa Geral de Depósitos (CGD) compreende 3 Áreas funcionais - Área de Arquivo Histórico, Área de Museu e Colecionismo e Área de Bibliotecas e Mediatecas.

A Gestão do Património Histórico tem como principais finalidades assegurar a gestão do património histórico da CGD, garantindo a inventariação e preservação em boas condições técnicas e ambientais do espólio documental, museológico e colecionista da CGD, bem como a prossecução de uma estratégia de divulgação de todo o acervo sob sua responsabilidade e a gestão e dinamização das bibliotecas, Ultramarina, Vieira Machado e das Mediatecas do Espaço Lusófono.

O nosso espólio é constituído por arquivos em papel, fotografias, bibliografias, estudos económicos, relatórios diversos, mapas, plantas, coleções diversas, que permitem conhecer o que fomos, como evoluímos, como intervimos na economia nacional, como funcionávamos – com que instrumentos/utensílios.

Este património, que permite reconstruir a nossa cultura e a sua evolução, é rico em elementos que acrescentam valor ao conhecimento que as pessoas em geral têm da atividade bancária e sua evolução. À distância de 100 anos, os processos de então são hoje considerados pré-históricos. Daí a nossa preocupação em tratá-los, para poder divulgá-los e assim contribuir não só para a memória futura, mas também para o enriquecimento do conhecimento das novas gerações.

Não sendo esta uma área de negócio dentro de um banco, é, contudo, uma matéria de valor para o conhecimento da sua história, da história da banca e da história do País.

A nossa estratégia de divulgação do Património Histórico da CGD, passa pela articulação de ações com outras instituições similares, sejam elas nacionais ou internacionais, a participação e o apoio em ações de fomento e intercâmbio de fontes de informação e colaborando com as instituições de ensino e centros de investigação na disponibilização dos meios necessários ao desenvolvimento das suas pesquisas.

No âmbito das temáticas relacionadas com o Arquivo Histórico (AH), compete-lhe assegurar as seguintes funções:

- Centralizar e preservar em boas condições técnicas e ambientais toda a documentação considerada historicamente relevante, promovendo as melhores práticas arquivísticas, de acordo com as regras ISAD (G) emanadas pelo Conselho Internacional de Arquivos [www.ica.org](http://www.ica.org), bem como as “Orientações para a Descrição Arquivística” elaboradas pela Direção Geral de Arquivos -<http://antt.dgarq.gov.pt/>;
- Receber e analisar a documentação proveniente dos diversos OE da CGD, com vista à avaliação do seu interesse histórico e eventual conservação permanente;

- Difundir interna e externamente o património arquivístico, enquanto testemunho do desenvolvimento da sociedade portuguesa, e disponibilizar a documentação para consulta dos diversos OE, bem como da comunidade científica em geral, salvaguardando os superiores interesses da CGD;
- Promover a realização de exposições temporárias;
- Realizar pesquisas de âmbito documental, visando a disponibilização de informação ou a produção de conteúdos para integrar tanto em publicações internas (editadas pela CGD) como externas (instituições associadas ou outras).

Tendo agregado ao longo da sua história outras instituições, o AH é constituído por documentação da própria Caixa Geral de Depósitos, da Caixa Nacional de Previdência e do Banco Nacional Ultramarino, sendo composto sobretudo por documentos em suporte papel e fotográfico, produzidos e recebidos pela instituição.

Grande parte da história económica, social e financeira dos séc. XIX e XX de Portugal e ex-colónias, passa pelos cerca de 3.500 metros lineares de documentação, testemunhando a evolução socioeconómica do país.

Como atrás foi referido, a Área do Património Histórico engloba também o acervo museológico, decorativo e o colecionismo.

São tarefas principais desta área:

- A centralização do espólio museológico constituído pelas peças pertencentes à CGD, bem como receber outras que venham a ser consideradas de interesse;
- A centralização das diversas coleções (numismática, medalhística, filatelia, papéis de valor, notas, fotografias e outras) que ao longo dos anos se foram constituindo e enriquecendo;
- A preservação e conservação em condições ambientais adequadas os espólios museológicos e colecionista;
- A descrição técnica das peças museológicas e de colecionismo, de acordo com as normas mais adequadas a cada sector e coleção;
- Fazer a divulgação do acervo museológico e das coleções, seja através da publicação de textos, seja através de exposições;
- Estabelecer protocolos de colaboração com outras entidades na realização de exposições, nomeadamente através da cedência de peças.

A terceira vertente da Área de Gestão do Património Histórico está intimamente ligada ao acesso à informação e ao conhecimento, quer através da sua Rede de Mediatecas do Espaço Lusófono, quer através da sua Biblioteca Ultramarina e ainda pelo serviço de apoio aos invisuais.

A Rede de Mediatecas resulta de um Protocolo assinado entre o IPAD e a CGD e tem

como objetivo principal fomentar o desenvolvimento económico, social e cultural das populações dos países onde estas estruturas estão instaladas, promovendo em simultâneo a língua portuguesa, elemento de agregação entre Portugal e estes países.

Ao facilitar o acesso à informação e ao conhecimento disponibilizando recursos, escassos nas regiões, aproveitando as sinergias da estrutura comercial implantada, tem permitido contribuir para o aperfeiçoamento do capital humano, do desenvolvimento integral das populações, da divulgação da língua portuguesa e promoção do seu uso, indo desta forma ao encontro daquilo que é a responsabilidade social da nossa Instituição, a Caixa Geral de Depósitos.

Esta Rede enquadra-se, em termos de Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, no “ODM 8 – Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento, no setor da educação”. No âmbito deste projeto foram implementadas 9 Mediatecas: 3 Mediatecas em Moçambique (Maputo, Beira e Nampula), 3 em Cabo Verde (Praia, Mindelo e Espargos), 2 em S. Tomé e Príncipe (S. Tomé e Ilha do Príncipe) e 1 em Timor-Leste (Díli).

Nestes nossos espaços é disponibilizada informação especializada, pertinente e atualizada, em diversas áreas (economia, gestão, direito, informática, obras de referência, etc.), quer seja em suporte tradicional, a saber, livros, revistas e jornais, quer seja em suportes tecnologicamente mais avançados e atuais, como a internet, CDROM, Vídeos, DVD, etc..

Já passaram pelas nossas Mediatecas mais de dois milhões e duzentas mil pessoas, desde o início do projeto em 1997 com a abertura da Mediateca de Maputo, que tiveram ao seu dispor, para consulta gratuita, cerca de 42 mil espécimes documentais.

A Gestão do Património Histórico é também responsável pela Biblioteca Ultramarina tendo constituído nossa preocupação nos últimos anos, o tratamento documental do seu espólio riquíssimo, constituído por obras sobre as nossas ex-colónias, para que o acesso se tornasse mais fácil aos historiadores e investigadores. Este tratamento tem sido assegurado por uma equipa da Universidade de Aveiro e o acesso feito através da base de dados no site “Memórias de África”, um projeto da Fundação Portugal/África, a que a CGD pertence.

A Biblioteca Ultramarina é constituída por um acervo cuja dimensão histórica e patrimonial é importante divulgar. Composta maioritariamente por obras cujas datas de publicação se situam entre os finais do século XIX (1834) e a 2ª parte do século XX (cerca de 1997), reúne temas de grande diversidade, que englobam a atividade do BNU desde a 2ª metade do XIX, nas ex-colónias, história e cultura relacionadas com a Expansão de Portugal e relações com as ex-colónias, bem como relatos de viagens, estudos etnológicos, missões religiosas nos territórios africanos e orientais, a coleção de ‘Boletins de Estudos Económicos’, a coleção de ‘Boletim Geral do Ultramar’, e ainda: literatura, política, história bancária, história económica, ciências agrárias, ciências da terra, direito, biologia, história, sociologia, economia, antropologia, etnologia e religião.





## PAINEL 4

### BIBLIOTECAS NACIONAIS

#### REDES DE BIBLIOTECAS NACIONAIS: ACESSO E PARTILHA DE DOCUMENTAÇÃO NO ESPAÇO DA CPLP



- *João Pedro da Cunha Lourenço, Diretor da Biblioteca Nacional de Angola*
- *Iaguba Djaló, Diretor da Biblioteca Pública Nacional da Guiné-Bissau do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau*
- *Paula Saraiva, Coordenadora do Centro de Gestão e do Conhecimento da Biblioteca e Museu do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*

**Moderadora:** *Olívia Pestana, Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Diretor da Biblioteca Nacional de Angola

*A Rede de Bibliotecas Públicas e sua Inserção no Modelo de Cooperação da CPLP*

### Introdução

A CPLP enquanto organização, enquanto foro multilateral que prima pela amizade e cooperação entre os seus membros, deve usar todos os mecanismos para a efetivação desses propósitos. As instituições que nos países membros da CPLP são responsáveis pela salvaguarda do património documental, devem ter uma atenção especial para que possam maximizar todo o capital que possuem, sendo que elas são as guardiãs da herança comum e multissecular dos nossos povos. É sabido por todos que em cada um dos países membros da organização, existem instituições (arquivos e bibliotecas) onde podemos estudar e aprender a nossa história comum, os momentos de partilha dos nossos antepassados, as etapas negras dessa interação, por isso, devem ser entendidas como espaços que ajudam a implementar os objetivos da organização, conforme expresso no artigo 3º, alínea b) dos Estatutos:

*«A cooperação em todos os domínios, incluindo os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.»<sup>2</sup>*

### Rede de Bibliotecas Públicas e a possibilidade de cooperação

As bibliotecas públicas enquanto esfera pública, como nos explica João J.B. Ventura, permitem aos cidadãos dispor de *“lugar de memória, de pluralismo, de democratização da informação e do saber, de todas as literacias, de acesso à criação literária e artística, de tecelagem de laços de convivialidade e inclusão social”<sup>3</sup>*.

Apoiado nos princípios elaborados por Jurgen Habermas, Ventura mostra-nos como a rede de bibliotecas pública é aquilo que mais se aproxima de esfera pública. Os objetivos que mostram a criação de rede de bibliotecas públicas nos nossos países vão de encontro com os princípios estabelecidos pela CPLP, por isso, elas (as redes de bibliotecas públicas) devem ser usadas como um dos mecanismos para o alcance dos propósitos da organização. Presentemente, essa possibilidade tem sido pouco explorada existindo apenas alguns poucos casos como exemplos dessa cooperação. No caso de Angola, a Biblioteca Nacional tem trabalhos de cooperação com as Bibliotecas Nacionais de Moçambique e de Portugal.

<sup>1</sup> Diretor Geral da Biblioteca Nacional de Angola

<sup>2</sup> *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. In [http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLIS07.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf). Acessado em 10 de Agosto de 2018.

<sup>3</sup> VENTURA, João J. B., *Bibliotecas e esfera pública*, Oeiras, celta Editora, 2002, p. 3.

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de Angola (RNBPA) foi criada em 2011, pelo Decreto Presidencial 270/11, de 26 de Outubro. Atualmente comporta 29 estabelecimentos, entre bibliotecas provinciais, municipais, comunais e salas de leitura, que visam, fundamentalmente, o incentivo à leitura, o acesso ao conhecimento, à informação e às obras criativas através de um conjunto diversificado de recursos. É tarefa da Rede:

- a) *Proporcionar à generalidade da população, serviços bibliotecários de qualidade, através de um conjunto de infraestrutura de âmbito provincial, municipal e comunal;*
- b) *Promover a ação coordenada do Estado no fortalecimento e desenvolvimento das bibliotecas, objeto do presente diploma;*
- c) *Promover a aplicação de políticas e normas para o desenvolvimento das bibliotecas públicas em todo o território nacional.*<sup>4</sup>

No ano de 2017, 286.731 pessoas tiveram acesso aos serviços disponibilizados pela Rede. A perspetiva é que o número cresça na medida em que a rede for sendo ampliada e melhorada a qualidade dos seus serviços. Caso seja possível a cooperação entre a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de Angola e de outros países, esses milhares de usuários terão a possibilidade de aceder aos serviços que ainda não estão disponíveis na nossa Rede.

A cooperação entre a Rede de Bibliotecas Públicas permitirá aos cidadãos dos países membros da CPLP sentir os efeitos da ação da organização no seu quotidiano. O recurso às novas tecnologias deverá ser o meio para a implementação dessas ideias. Essa cooperação deverá ser baseada na reciprocidade. Sendo que um dos objetivos dessa cooperação é a promoção da Língua Portuguesa, ela deverá ter intercâmbio linguístico como inspiração. Isto é, ao longo de séculos a Língua Portuguesa “deu” vocábulos para as outras línguas faladas nos países membros, mas também “recebeu” vocábulos dessas línguas. A cooperação entre as Redes de Bibliotecas deverá seguir a mesma linha, permitindo a possibilidade de dar e de receber, tal como ficou expressa na Declaração de Brasília:

«30. *Reiteraram a relevância da cooperação para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros e para a consolidação e a projeção internacional da Comunidade.*

31. *Destacaram, nesse sentido, o potencial que a cooperação da CPLP oferece, numa lógica de cooperação horizontal e triangular, para a partilha de conhecimento e de experiências entre a cooperação tradicional e a cooperação Sul-Sul e com outros contextos e atores internacionais.*»<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Decreto Presidencial 270/11, Estatuto da Rede de Bibliotecas Públicas – *Diário da República*, I Série, nº 207, 26 de Outubro.

<sup>5</sup> *Declaração de Brasília*. In <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4447&Action=1&NewsId=4669&M=NewsV2&PID=10872>. Acessado em 10 de Agosto de 2018.

Essa cooperação permitiria às bibliotecas com poucos recursos terem acesso às plataformas digitais daquelas com mais recursos, permitidos aos seus usuários aceder a esses serviços. Essa partilha poderia ser feita de forma bilateral ou multilateral, ou seja, a rede de bibliotecas públicas de um determinado Estado membro poderia ter acordo de cooperação com a de outro país, ou no caso da segunda hipótese, a CPLP por via da sua biblioteca, criar mecanismos que permitam esse relacionamento com várias partes.

### **Bibliotecas Públicas e a Agenda 2030 das Nações Unidas**

A IFLA (Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias) elaborou o Programa Internacional de Advocacia para a Agenda 2030 das Nações Unidas, onde as bibliotecas são orientadas a participar ativamente para o alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). No caso das bibliotecas públicas, essa responsabilidade é maior, tendo em conta a sua natureza e vocação.

É preciso salientar que a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília, entre 31 de Outubro e 1 de Novembro de 2016, teve como tema *“A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” na qual se reforçou o compromisso “em promover o diálogo político, a troca de experiência e a cooperação em vista a aprovar no âmbito da CPLP, a implementação da Agenda 2030 e de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das 169 metas associadas”*.<sup>6</sup>

A cooperação entre as bibliotecas públicas dos países membros permitiria responder aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de elaboração de programas orientados para esse fim e que envolvam outros sectores da Comunidade. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados com a saúde e bem-estar, educação de qualidade e inclusiva, igualdade de género e empoderamento das mulheres e menores, gestão sustentável da água, saneamento para todos, redução das desigualdades, mudanças climáticas, conservação dos oceanos, proteção do ecossistema, acesso à informação, justiça e paz deverão estar no centro dessa cooperação, permitindo às bibliotecas públicas e aos seus usuários aprender com as experiências dos outros e procurar implementar programas de acordo com a realidade de cada um dos países, tal como ficou expresso na declaração da CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

*«Reconhecendo que a CPLP tem a vocação para se tornar uma plataforma relevante para a implementação da agenda 2030 em seus Estados Membros por meio do diálogo político, da troca de experiência e da cooperação em consonância com os seus objetivos.»*<sup>7</sup>

Promover essa cooperação, seria ir de encontro com o acordado no âmbito da Ação Cultural, Promoção e Difusão da Língua Portuguesa em que se lê:

*«39. Reafirmaram a importância da circulação e da difusão de bens culturais entre*

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem.

os estados-membros na disseminação dos produtos culturais contemporâneos em Língua Portuguesa, reconhecendo que esta permitirá o fortalecimento das potencialidades económicas desse sector e representa um importante passe na difusão da diversidade cultural em Língua Portuguesa em todo o mundo.»<sup>8</sup>

As redes de bibliotecas públicas dos países membros deverão somente aproveitar os mecanismos políticos colocados à disposição para rentabilizar essa cooperação. Existindo esse compromisso a nível dos Governos, é necessário elaborar estratégias para que esse compromisso saia do papel e possa ser vivido no quotidiano dos cidadãos. Nada melhor do que um espaço público, como é a biblioteca, para essa ação. As bibliotecas públicas deverão ser parte integrante no cumprimento da *Declaração sobre a CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* em que se apontam os caminhos para a cooperação:

«Decidem aprofundar a cooperação no âmbito da CPLP, com vista a apoiar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente por meio de:

a) Intercâmbio de boas práticas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas e a seu alinhamento com os ODS;

b) Desenvolvimento de capacidades, especialmente capacidades estatísticas para a construção de indicadores nacionais para implementação dos 17 ODS e de suas 169 metas associadas, promovendo o acesso a dados desagregados de qualidade, acessíveis, atualizados e confiáveis, de modo a permitir uma medição do progresso e garantir que ninguém será deixado para trás;

c) Partilha de informação acerca dos seus planos de implementação nacional dos ODS;

d) Facilitação de tecnologia em termos mutuamente acordados, especialmente por meio de elaboração de inventário preliminar de oferta e demanda de tecnologias básicas nos Estados Membros para a implementação dos ODS, em colaboração com a Força Tarefa Intergências das Nações Unidas para Facilitação de Tecnologia.»<sup>9</sup>

## Conclusão

Para que as ideias aqui apresentadas sejam efetivadas, entre outras coisas, seria necessário:

- Integrar as instituições detentoras do património documental no âmbito da Comissão do Património Cultural da CPLP
- Criar um Fórum, onde as bibliotecas dos nossos países possam dialogar de forma periódica e estabelecer mecanismos de cooperação multilateral.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> *Declaração sobre a CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. In <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4447&Action=1&NewsId=4669&M=iNewsV2&PID=10872>. Acessado em 10 de Agosto de 2018.

- Incentivar a criação de mecanismos de partilha de acervo das bibliotecas, com recurso às novas tecnologias.
- Utilizar as bibliotecas públicas como um dos meios principais para a promoção e divulgação da Língua Portuguesa.

**Diretor da Biblioteca Pública Nacional da Guiné-Bissau do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau**

*A situação de patrimónios documentais na Guiné-Bissau: Caso da Biblioteca Pública Nacional e Arquivos Históricos do INEP*

### **Introdução**

Volvidas mais de duas décadas de vínculo afetivo com a Biblioteca Pública Nacional e os Arquivos Históricos sob tutela do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), interrompido, formalmente, por eu ter assumido compromissos de carreira junto a uma outra instituição nos últimos doze anos, o meu regresso à casa (INEP) compreende igualmente a minha recondução à frente da Direção da Biblioteca Pública Nacional.

Foi nessa qualidade, que os organizadores deste magno encontro pediram-me para partilhar convosco, em viva voz o quadro exaustivo da situação do património documental na Guiné-Bissau. O assunto é tão complexo, que seria difícil invocar aqui em poucos minutos todos os problemas que envolvem a sua identificação, a sua inventariação, a sua salvaguarda, a sua conservação e o seu acesso.

Apesar de fabuloso, o património documental na Guiné-Bissau apresenta um quadro sombrio, o que o coloca numa situação de muita fragilidade e, na maioria das vezes, sujeito a várias ameaças.

Para falar de patrimónios documentais, que dizem respeito à herança produzida e recebida pela administração pública colonial e período pós-independência, inevitavelmente terei que fazer algumas abordagens sobre a situação da Biblioteca Pública Nacional e Arquivos Históricos do INEP, enquanto epicentro de patrimónios documentais na Guiné-Bissau.

Nesta perspetiva, estarei igualmente forçado a abordar a situação de alguns patrimónios documentais dispersos e geograficamente localizados em lugares diferentes.

Trata-se dos Arquivos e Bibliotecas, nomeadamente, Arquivos de Amílcar Cabral do PAIGC, Arquivo sonoro da rádio libertação sob a guarda da Rádio de Difusão Nacional, alguns espólios ligados à Forças Armadas Revolucionárias do Povo, sob alçada do Estado-Maior General das Forças Armadas e, tantos outros que continuam guardados de uma forma ou de outra em condições deploráveis.

Prevê-se nesse quadro promover uma reflexão profunda sobre os problemas, os desafios e as incertezas quanto a proteção e salvaguarda de acervos documentais sejam, «Audiovisuais, textuais e iconográficos», de âmbito nacional com valor histórico, científico, literário e cultural a começar nos acervos documentais (testemunhas orais e escritos) deixados pelas civilizações antes da colonização portuguesa, bem como, os acervos herdados do regime colonial, passando pelos documentos de diferentes suportes, ligados à



história de luta de libertação nacional narrados pelos seus autores e testemunhas, sem excluir os documentos produzidos no período pós-independência.

Da independência a esta parte, a Guiné-Bissau tem passado por dificuldades conjunturais causadas por cíclicas instabilidades político-institucionais colocando em risco os esforços da reconstrução e salvaguarda dos patrimónios culturais e, também, de natureza estrutural. As fragilidades institucionais, o vandalismo e o tráfico constituem as agressões de que foram alvos os acervos documentais do país. Uma situação que marcou o triste panorama de patrimónios culturais na Guiné-Bissau. Procura-se, nesta ordem de ideias, contribuir para o entendimento sobre as condições da atual configuração do sistema documental nacional.

### **O Arquivos Histórico e a Biblioteca Pública Nacional do INEP: De ontem, hoje e amanhã**

Tudo começou quando foi criado o Museu da Guiné, através do decreto nº36.639, de 29 de novembro de 1947, com o objetivo de coletar documentos coloniais (jornais, livros, obras literais, atas, relatórios, documentos escritos e testemunhas orais das populações autóctones), que constituem o embrião da memória documental do império colonial.

A preocupação com a organização, preservação e divulgação do património histórico-documental do império colonial, fez com que fosse criada a tríade Museu-Biblioteca-Arquivos. Vislumbrava-se assim, uma nova visão colonial, a de promover o desenvolvimento cultural da Guiné (Portuguesa).

A proclamação unilateral do Estado da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973, marca o início de uma nova etapa na reconstituição de fragmentos da história nacional. Naquela altura, dava-se uma certa atenção aos patrimónios culturais, alguns herdados do regime colonial e outros gerados ao longo do processo de luta de libertação nacional.

A partir de 1974, os acervos de patrimónios documentais atravessaram um período de transição difícil nos primeiros momentos da independência. A primeira República viu-se confrontada com problemas de espaço para instalar a sua nova administração. As instalações do Museu da ex-Guiné Portuguesa foram assim destinadas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As coleções e acervos que se encontravam nesse emblemático edifício foram transferidos para um local improvisado do recém-criado Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) – um prédio que não oferecia mínimas condições para guardar de forma adequada os acervos documentais de carácter permanente. Pouco tempo depois, ocorreu nova transladação para um outro lugar onde em seguida se anuncia uma nova transferência e, por último com a extinção do INIC, cria-se o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP, órgão responsável pela guarda de patrimónios documentais e artísticos da Guiné-Bissau.

No decorrer dessas duras e sucessivas fases, foram ficando pelo caminho vários documentos. Aqueles que não foram desviados com as mudanças chegaram ao INEP. Importantes documentos da memória sofreram grandes transformações e danos na sua organização e funcionamento criando problemas de acesso aos vários documentos.

Nesse período, aconteceram várias tentativas sem grande sucesso para proteger documentos que resistiram às mudanças, atormentados por problemas de vária ordem desde as instalações inadequadas e falta de equipamentos até aos recursos humanos qualificados.

O Governo, consciente das fragilidades em termos do estado de conservação dos patrimónios documentais e o papel que estes desempenham no processo de desenvolvimento social, cultural e económico, decidiu criar o INEP em novembro de 1984, cujos objetivos eram promover a investigação científica nas áreas das ciências sociais.

A Biblioteca e os Arquivos Históricos foram integrados no INEP, para preservar as infraestruturas documentais do país, visando reconstituir as fontes orais e escritas da luta de libertação nacional, salvaguardar, conservar e divulgar a história recente da Guiné-Bissau. Vários documentos encontrados em diferentes espólios abandonados e empoeirados incluindo as coleções do *“Centro de Estudos da ex-Guiné Portuguesa”* foram transferidos para as dependências do INEP.

Iniciam-se, desta forma, passos largos em direção à criação de uma Biblioteca e Arquivos Históricos Nacionais. O primeiro estatuto do INEP confere à Biblioteca a categoria de um departamento com uma autonomia enquanto os Arquivos constituem uma secção dentro do CEHC.

Salvar literalmente do lixo os patrimónios documentais que a administração colonial havia deixado, recolher e preservar as fontes orais e escritas de interesse histórico da sociedade guineense era tarefa prioritária dos fundadores do INEP. Percorreram tudo quanto era instituição pública, recolheram toda a espécie (tipologia) de documentos impressos, manuscritos e audiovisuais que os responsáveis das novas instituições do Estado ainda não tinham tido tempo de deitar fora e que ofereciam de muito bom grado.

É sobretudo nesse quadro que a Biblioteca e Arquivos Históricos do INEP concentraram toda a produção de interesse científico e cultural do país, independentemente do suporte utilizado representando o Estado, o direito de referência na alienação de acervos e bens bibliográficos de inegável valor cultural, ainda que as instalações estejam consideradas também inadequadas e que coloquem em risco acervos sob sua guarda.

Assim, pode-se afirmar que historicamente a formação dos Arquivos Históricos e da Biblioteca Nacional do INEP acompanham com relativa precisão a história da sociedade guineense. Compreendê-los é compreender de certa forma a história nacional.

## **Os Arquivos Históricos do INEP**

A organização dos Arquivos Históricos do INEP no seu quadro histórico, permitiu

preservar embora num estado crítico de conservação, um património documental, calculado em cerca de 14,30 metros lineares de documentos administrativos correntes, um arquivo intermediário de 12,60 metros lineares de documentos e 1.600 metros lineares, cobrindo um horizonte temporal que vai de 1726 a 1988.

No que se refere aos documentos audiovisuais contava-se com cerca de 6.000 cli-chés, 7.000 fotografias, 249 cassetes referentes à luta de libertação nacional e 120 diapositivos. Entretanto, a grande maioria desses importantes acervos foram vandalizados com a ocorrência de guerra civil no país, entre 1998 e 1999 que destruíram, quase que totalmente as instalações do INEP, tendo os acervos dos Arquivos Históricos ficado reduzidos ao mínimo.

Constituem a base central desses Arquivos, todos os fundos relativos não só ao governo central da ex-província da Guiné e suas instituições (incluindo as diferentes repartições bem como instituições diversas - Tribunais, Hospitais, Correios e Telégrafos, Portos, etc.), mas igualmente das diferentes regiões do território (circunscrições civis, postos administrativos).

Importa referir que esses arquivos, trazidos em três etapas, nasceram incompletos tendo sido mutilados logo na altura de Transferência de Poderes do Estado colonial para o Estado independente. Uma parte substancial e importante dos arquivos ditos de soberania foram simplesmente transferidos para a ex-metrópole colonial (Lisboa). Desta feita, respostas a várias questões sobre o período podem ser encontradas em Portugal.

## **A Biblioteca Pública**

A história das coleções da Biblioteca inicia-se antes da fundação da mesma. Ela foi criada para servir de embrião à futura Biblioteca Nacional, à semelhança dos Arquivos Históricos. A grande parte dos acervos bibliográficos foi gerada a partir do processo de colonização portuguesa e depois completada no momento da constituição da Biblioteca Nacional, através de doações, compra e aquisições com base em licitação (contribuição legal).

A Biblioteca foi recuperada com o objetivo de transformar-se em futura Biblioteca Nacional da Guiné-Bissau, o que explica a natureza de suas atribuições semelhantes à de uma Biblioteca Nacional. Ao longo de décadas, ela diversificou e aperfeiçoou suas atividades, e passou por sucessivas reformas em resposta às exigências impostas pela demanda dos pesquisadores do INEP, e diante da importância de um conjunto de diversidades de coleções bibliográficas e documentais sob sua guarda, buscou acompanhar a evolução tecnológica e investiu no aperfeiçoamento dos seus serviços.

Até agora considerada a única do género e a mais importante biblioteca da Guiné-Bissau, com cerca de 70.000 volumes de monografias e 3.000 títulos de periódicos, ela foi sacudida por um triste episódio de guerra civil em 1998, que esvaziou quase o seu acervo bibliográfico.

## **Outros espólios documentais**

Os Arquivos e Biblioteca do PAIGC acomodados na sede do partido, os arquivos sonoros da Rádio Libertação sob a guarda da Rádio de Difusão Nacional e alguns espólios ligados às Forças Armadas Revolucionárias do Povo, sob alçada do Estado-Maior-General das Forças Armadas contêm fragmentos incompletos de documentação portadores de traços da história gloriosa da luta de libertação nacional.

## **A Situação Atual**

Na Guiné-Bissau, os patrimónios documentais foram vítimas de várias crises sociais, políticas e económicas, intermitentes, ocorridas no país, fatores que têm contribuído para a sua má preservação. Verifica-se hoje, quase em todo o país, a proliferação de espólios de acervos documentais que rondam em milhares de documentos expostos à extinção e sujeitos aos agentes físicos e biológicos tais como: microrganismos, insetos, roedores e de predação humana. São centenas de documentos textuais, fotográficos, álbuns fotográficos, cartazes, gravuras e ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros em lugares incertos e em condições deploráveis.

Os edifícios onde funcionam esses acervos apresentam estruturas deterioradas, como é o caso dos Arquivos Históricos e a Biblioteca do INEP. A cobertura dos telhados apresenta buracos e fendas o que permite a penetração de animais roedores e de goteiras na época chuvosa. Há corrosão generalizada das estantes do suporte e degradação dos elementos estruturais, tais como as janelas de vidros permitindo a penetração de poeiras e elementos nocivos aos documentos.

A condição de conservação dos acervos nessas duas instituições classifica-se de deplorável. Faltam estantes para colocar e organizar milhares de documentos expostos no chão, submetidos a condição deplorável e sujeitos a extrema deterioração. O clima húmido que se faz sentir, sobretudo na época chuvosa, agravado pelo excesso da temperatura e poeira da época da seca, a presença de peças metálicas; rasgos de grandes proporções; vincos; perda do suporte e principalmente, sujeiras, pioram o estado de conservação dos documentos.

Infelizmente, a mesma situação é encontrada em quase todos os espólios documentais dos Arquivos do PAIGC acomodados na sede do partido, os arquivos sonoros da Rádio Libertação sob a guarda da Rádio de Difusão Nacional e alguns espólios ligados às Forças Armadas e Revolucionárias do Povo, sob alçada do Estado-Maior-General das Forças Armadas, bem como em outros lugares de memória. Mas há incertezas muito grandes que esses lugares de memória tenham a devida atenção do Estado, com relação às suas políticas públicas e culturais.

A ausência de medidas de proteção legal mostra o quanto o património documental está sujeito a diversos fatores de risco que acarretam prejuízos ao próprio Estado,

uma vez que as informações contidas nos documentos constituem principais fontes da memória nacional.

### **Os esforços de reconstrução da memória documental**

Ao longo de várias décadas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP tem consentido vários esforços para a salvaguarda da memória documental. Grandes projetos de reabilitação e de recuperação de acervos documentais dos Arquivos Históricos e da Biblioteca Pública Nacional foram implementados, com financiamento de parceiros de cooperação, nomeadamente, a Fundação Mário Soares, fundos culturais alemães e americanos, a União Europeia, British Library, e agora a CPLP, o que tem permitido a reabilitação das instalações, capacitação de técnicos, digitalização e processamento de importantes fundos, particularmente dos AHN.

A CESA – Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento, através do projeto «Memoria de África» prestaram uma contribuição valiosa na conceção e no enriquecimento da base de dados bibliográfico da Biblioteca.

É evidente que, o maior obstáculo a projetos de reabilitação continua ser a falta de financiamento. Os orçamentos para políticas públicas relacionadas com a salvaguarda e conservação de patrimónios culturais são postos em causa, o que tornam os Arquivos Históricos e a Biblioteca Pública do INEP, frágeis e vulneráveis. Por isso, vêem-se obrigados a recorrer constantemente a projetos sucessivos para sustentar o seu funcionamento.

### **Problemas de formação e de qualificação**

No processo de tratamento físico e digital de patrimónios documentais há que reconhecer que a formação neste domínio na Guiné-Bissau não é satisfatória. É difícil encontrar pessoal formado e qualificado nesse domínio. Também não é nada fácil reter bons especialistas nesta área.

### **Desafios e Perspetivas**

A Guiné-Bissau vive hoje um momento histórico de profundas crises de paradigmas, de valores e alguns “desesperos”. A situação é de tal forma grave e preocupante que requer, acima de tudo, vontade política e forte mobilização social.

Para isso, torna-se necessário uma ação de consciencialização geral dos cidadãos nacionais dentro e fora do país: atores políticos, sociedade civil, cidadãos de boa vontade, a diáspora guineense e parceiros bilaterais e multilaterais do Estado da Guiné-Bissau, visando resgatar a nossa memória coletiva em risco de desaparecimento.

Nesse sentido, há toda a necessidade de agir com a maior urgência para evitar a deterioração dos aspetos mais importantes da nossa memória documental e histórica. Desta forma, os guineenses devem engajar-se coletivamente, para promover uma política cultural comprometida com o desenvolvimento humano sustentável, forjado em

bases legais e institucionais para salvaguardar e proteger os patrimónios documentais garantindo deste modo, aos cidadãos o acesso permanente à informação.

Como todo o património, o de natureza documental será legado às gerações futuras pelo que se impõe que a comunidade guineense assuma a questão do património cultural na sua vertente cívica, educativa, económica por estes serem elementos ímpares da identidade nacional, pela salvaguarda da nossa memória histórica civilizacional.

A nossa memória histórica constitui a herança do passado, por isso, é obrigação cidadã, investir na preservação, transmissão de todo esse legado às gerações vindouras para que esta possa conhecer seu passado, suas tradições, sua história, seus costumes, sua cultura e suas identidades.

## **Conclusão**

Em jeito de conclusão, não posso deixar de lançar apelo à CPLP sobre a urgente necessidade de discutir a atuação em torno das grandes questões que se colocam à nossa Comunidade (CPLP).

Nesta perspetiva, a organização deve engajar-se em fornecer respostas sustentáveis e apropriadas a muitas situações que têm afetado o nosso legado cultural, promovendo políticas e práticas de conservação, restauração, digitalização e desenvolvimento de planos de contingência em caso de desastre das memórias documentais.

Hoje, a CPLP, através da língua que compartilhamos, tornou-se uma grande família composta por milhões de homens e mulheres. Se realmente quisermos construir juntos um futuro comum baseado no respeito pelos valores compartilhados teremos a CPLP, deve ser capaz de fornecer respostas sustentáveis e adequadas às muitas situações de instabilidade política recorrente e guerras que abalam muitos dos nossos países.

Caso contrário, nada nos leva a crer que esta Organização (a CPLP) poderá tornar-se uma força política, económica e cultural capaz de influenciar o equilíbrio das relações internacionais e fazer sua voz ser ouvida no cenário mundial.

Estou convicto que a organização do presente Encontro com objetivos bem direcionados necessita de mobilização de energias de diferentes setores da nossa profissão de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e que as lições deste Encontro irão inaugurar uma nova perspetiva de integração no nosso espaço geopolítico para a partilha de preocupações, soluções de problemas que afetam a nossa profissão.

Biblioteca Nacional tem trabalhos de cooperação com as Bibliotecas Nacionais de Moçambique e de Portugal.

## INTERVENÇÃO DA PAULA SARAIVA

**Coordenadora do Centro de Gestão e do Conhecimento da Biblioteca  
e Museu do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**

*A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL: Projetos e iniciativas para promover o acesso aberto ao conhecimento*

### **Resumo**

A Biblioteca do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa integra com o Museu, o Centro de Gestão de Informação e Conhecimento (CGIC) e constitui-se como uma biblioteca universitária de cariz histórico no domínio da medicina tropical e saúde pública internacional que remonta à fundação da Escola de Medicina Tropical com 116 anos de existência.

A constituição dos fundos documentais da Biblioteca e a organização das suas coleções, foram desde sempre, ajustados à estratégia de desenvolvimento institucional, numa perspetiva de apoio ao ensino e investigação e em estreita articulação com as coleções museológicas, de modo a oferecer serviços integrados, quer direcionados para o público interno a nível de docentes, discentes e investigadores, quer para o público externo, os cidadãos em geral.

Neste sentido, assistimos a uma dinâmica de valorização das coleções da Biblioteca do IHMT por parte de Diretores como Fraga de Azevedo ou ainda a criação de serviços inovadores para a época, no âmbito da difusão científica de informação médica, para a metrópole e províncias ultramarinas, através dos Anais do Instituto.

Atualmente a Biblioteca pretende dar visibilidade ao património do passado que preserva, desenvolvendo parcerias e projetos colaborativos para disponibilizar em acesso aberto a informação para reutilização futura e produzir nova ciência.

### **Enquadramento**

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) da Universidade Nova de Lisboa é uma Instituição de Ensino Superior, que possui como missão realizar investigação e oferecer soluções para as doenças tropicais e a saúde pública internacional visando o seu controle, a promoção da saúde dos cidadãos e a melhoria da qualidade de vida e tem permanecido desde as primeiras décadas da sua existência, ligada pela história e pela língua através de diversas parcerias no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde dos PALOP, em projetos de pesquisa e gestão do conhecimento, património da saúde, de mobilidade e de investigação.

Este Instituto, designado em 1902 Escola de Medicina Tropical de Lisboa, foi a quarta Escola de Medicina Tropical a ser fundada no mundo, antecedida pela *Liverpool School of Tropical Medicine* em 1898, pela *London School of Tropical Medicine* em 1899 e pela

*Hamburg Institute for Maritime and Tropical Diseases* em 1900. O Instituto possuiu diversas designações até adquirir em 1972 a designação atual de “Instituto de Higiene e Medicina Tropical” e integrar em 1980 a Universidade de Lisboa. Acompanhou também esta evolução, a publicação oficial do Instituto, que surgiu em 1905 com a designação de “Archivos de Hygiene e Pathologia Exoticas” até receber a designação atual de “Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical” distribuída em edição impressa e eletrónica através de plataformas de acesso aberto, como o *OJS – Open Journal System* e o *RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal* e também através de plataformas digitais como o “Portal das Memórias de África e do Oriente”.

### **Passado, Ciência e História**

Nas instalações da Escola de Medicina Tropical inicialmente na Cordoaria Nacional, existia desde a sua Fundação uma Biblioteca e um Museu, sendo que uma das primeiras referências a estas estruturas pode ser encontrada no Regulamento da Escola de Medicina Tropical (Decreto de 24 de dezembro de 1902) caracterizando-os como unidades de apoio ao ensino na dependência direta dos docentes das disciplinas de Patologia Clínica e de Higiene e Climatologia (art.º 42º).

A Direção do Professor Fraga de Azevedo a partir de 1943, vem trazer aos serviços prestados pela Biblioteca, um maior dinamismo na permuta e difusão de publicações, extensível aos países de língua portuguesa, partindo da divulgação intensa dos Anais, a publicação oficial para divulgação da investigação científica realizada pelo instituto:

“Inspirei-me para os mais pequenos pormenores no modelar arranjo da biblioteca do laboratório de Engenharia Civil, cujas revistas passaram a circular um dia por semana, para se anotar o que de mais importante havia a anotar para assegurar o mais estreito intercâmbio com as publicações dos diversos países, ficando assegurada desta forma a difusão das publicações dos Anais do Instituto e tendo em atenção especial a divulgação dos acontecimentos que interessavam aos médicos do Ultramar. Para esse efeito, iniciou-se, em 1943, a publicação dos Anais do Instituto que eram mandados gratuitamente às diversas delegações de saúde do Ultramar.

Também, com o fim de divulgar os mais importantes e atuais conhecimentos destinados aos médicos do Ultramar, fez-se editar a partir de março de 1954, uma informação bibliográfica sobre Medicina Tropical, a publicar trimestralmente, onde se reúnem os elementos mais atuais sobre os vários capítulos da Medicina Tropical.”

Azevedo, J. F. (1976). Panorama da medicina tropical portuguesa In: *O Médico*. 78, (1270): 29

Com a mudança para o novo Edifício da Junqueira em 1958, o Professor Fraga de Azevedo, dotou as instalações de novos espaços e depósitos para acolher as novas



coleções que integraram o acervo, através de permutas com instituições nacionais e internacionais congêneres, por aquisição e doação. Firmino Sant’Ana foi um dos principais doadores na época, mas foram sendo constituídos outros fundos relevantes, como o de Aldo Castellani, ou o Fundo das obras históricas reservadas (Séculos XVI-XIX). A equipa da Biblioteca recebeu também formação profissional especializada realizando estágios em organismos internacionais congêneres como por exemplo a “*London School of Hygiene and Tropical Medicine*”.

### **Presente, Conhecimento e Património**

Atualmente, a Biblioteca do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) integra com o Museu, o Centro de Gestão de Informação e Conhecimento (CGIC), inserindo-se na estratégia de desenvolvimento do IHMT que alia a gestão do conhecimento à inovação, tendo como pilares a investigação, a comunicação e o património, de modo a garantir que a memória institucional seja preservada e reutilizada. Envolver os cidadãos e criar uma relação de proximidade com a comunidade tem sido objetivo do CGIC, que procura estabelecer parcerias para a realização de atividades de cariz formativo, cultural e educativo.

A Biblioteca é especializada em Medicina Tropical, Saúde Pública Internacional, Parasitologia, Ciências Biomédicas e Epidemiologia e preserva um acervo institucional que reflete os estudos realizados pelos seus investigadores em territórios ultramarinos e um património bibliográfico proveniente de fundos antigos e legados valiosos para a História da Medicina e da Ciência. Por outro lado, sendo o IHMT uma Escola de ensino pós-graduado, com uma componente de internacionalização fortemente ligada aos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), privilegia-se o ensino à distância, e a Biblioteca procura acompanhar essa tendência, oferecendo recursos e serviços digitais de literacia da informação, *eLearning* e *bLearning* que ministra aos seus utilizadores, de modo a que todos possam aceder à informação que necessitam para fazer investigação em qualquer local do onde se encontrem.

Os fundos bibliográficos da Biblioteca, completam a informação transmitida através das coleções museológicas patentes no Museu do IHMT, porque ambas as estruturas se complementam na divulgação da ciência, objetivando-se que haja interoperabilidade na pesquisa e na reutilização da informação na sua globalidade.

No sentido de proporcionar novas formas de aumentar o acesso às suas coleções e torná-las visíveis de um modo sustentável, o CGIC desenvolve parcerias e projetos colaborativos entre as quais por exemplo, iniciativas locais de proximidade à comunidade no âmbito da formação sobre ciência aberta, visitas guiadas e estágios profissionais com orientação em contexto de trabalho. As parcerias internacionais envolvem a colaboração na produção científica de artigos e investigação, colaboração em projetos de património e literacia da saúde bem como projetos de gestão do conhecimento e ciência aberta.

## Futuro, Ciência Aberta e Colaboração

O Futuro da Biblioteca do IHMT pressupõe a difusão do conhecimento e a colaboração em projetos de ciência aberta. O Projeto “MedTROP”, é uma proposta que tem vindo a ser desenvolvida em parceria entre o IHMT e o LAISS – Laboratório, Internet e Saúde da FIOCRUZ, e assenta na preocupação em contribuir para a erradicação das doenças negligenciadas, endêmicas em 149 países em desenvolvimento, afetando mais de 1,4 bilhões de indivíduos com custos elevados para as economias desses países, através do incentivo à produção e gestão de conhecimento e sua disponibilização em acesso livre.



Creemos que pela difusão em acesso livre do conhecimento em repositórios abertos e a sua partilha entre investigadores e cidadãos, mais facilmente a ciência poderá ser o motor de mudança para uma nova sociedade mais sustentável e inclusiva.

O Projeto MedTROP está estruturado com base nos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” que intervêm na da área da saúde (ODS 1, 2, 3, 6, 8) na Ciência Aberta (ODS 16.10), na Educação (ODS 4), na investigação científica e Inovação (ODS 9); na garantia da igualdade de oportunidades (ODS 5) na redução das desigualdades (ODS10) e no fortalecimento das parcerias para o desenvolvimento sustentável (ODS17). A Ciência e a investigação do passado deve ser reutilizada, conhecida, investigada para dar lugar a novos estudos e nova ciência. E por isso deve ser amplamente divulgada por todos.

Assim, para realização da nossa estratégia foi concebido um projeto faseado assente nos seguintes objetivos:



## **O Projeto estrutura-se em três fases:**

**Fase 1** – Organização e seleção de Conteúdos.

**Fase 2** – Promoção da Literacia de Saúde em Acesso Aberto para Profissionais de Saúde e Bibliotecários.

**Fase 3** – Desenvolvimento de campanhas de Literacia e Comunicação direcionada para o Cidadão.

Este é um projeto centrado no cumprimento da Agenda 2030 na área da saúde, da educação e da informação, que pretende garantir o acesso livre à informação e a equidade para que as doenças negligenciadas, sejam finalmente erradicadas, dos países onde ainda causam mortalidade elevada aos cidadãos, como é o caso dos países de língua portuguesa em África, na América e na Ásia. Com este projeto pretende-se disponibilizar em acesso aberto o conhecimento científico existente nas instituições parceiras relativa à Medicina Tropical, Saúde Pública, revelando-as à comunidade científica e ao cidadão para seu conhecimento e reutilização. Tem por missão facilitar a decisão informada e consciente dos profissionais de saúde e de informação.

No centro do Projeto, o cidadão é um elemento chave de todo o processo na comunicação da ciência. Com informação confiável o cidadão no mundo de hoje terá melhores condições de se tornar um personagem participante, interventivo e mais saudável.

O lema deste projeto é o de que a “Ciência é de todos e para todos” e que é essencial a divulgação da Ciência em Português em acesso aberto, procurando promover o português como língua de ciência constituindo uma rede de novos parceiros e organismos de língua oficial portuguesa nos países Africanos, no Brasil e em Timor. Esta colaboração irá contribuir para que este projeto se transforme num espaço dinâmico, colaborativo e de partilha de conhecimento em português.

## **Conclusão**

Creemos que a missão de uma biblioteca universitária de saúde, que reúne um património histórico documental de interesse científico único no âmbito da Medicina Tropical e da Saúde Pública Internacional, deverá ser para além da preservação, o da divulgação da ciência, facilitando o acesso democrático e livre ao conhecimento, que é decisivo para gerar nova ciência e pode salvar vidas, em países onde existem doenças que são negligenciadas e necessitam urgentemente de ser erradicadas.

Assim, é neste sentido, que a Biblioteca do IHMT, procurará melhorar continuamente os seus serviços e estabelecer parcerias com outras bibliotecas que tenham o português como língua de ciência. É também nesta linha estratégica de atuação, que a Biblioteca do IHMT tem como visão, ser uma biblioteca de referência no espaço lusófono, na área da saúde pública internacional, medicina tropical e ciências biomédicas, com serviços de excelência focados no apoio ao ensino, investigação, na preservação

e difusão do património bibliográfico e histórico, em acesso livre, para que o Conhecimento possa ser reutilizado e gerar nova Ciência, ao serviço de “Todos e para Todos”.



### INTERVENÇÃO DO SR. EMBAIXADOR EURICO MONTEIRO



*Representante Permanente de Cabo Verde junto da CPLP  
e Presidência em exercício 2018/2020*

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem por base um vasto legado histórico e cultural que une os seus povos, cimentado pelo desejo de união de esforços para, num espírito de solidariedade e cooperação, se expandir os horizontes desse património comum, potenciando vantagens acrescidas para os povos que compõem esta grande Comunidade.

Sem dúvida que, nesse vasto legado, a língua tem um papel fundamental, até pela sua importância no relacionamento entre os povos no mundo global de hoje, em que as fronteiras se esbatem num imbricado e complexo sistema de novas e sofisticadas tecnologias, que nos ligam num ápice a outro ser humano do outro lado do planeta.

No entanto, esse património comum deve ser considerado em toda a sua abrangência, em toda a imensidão do legado dessa convivência histórica comum, quer material quer imaterial, que, ao mesmo tempo, tornou cada uma das suas culturas singulares, dando lugar à diversidade cultural que caracteriza a Comunidade, e que constitui seguramente sua maior riqueza. A todos e cada um dos Estados e cidadãos cabe o dever da sua preservação para as gerações vindouras, pois que se trata, também, das suas referências.

A relevância da Cultura no seio da Comunidade está patente na importância que Cabo Verde atribui ao tema, que assume especial destaque no lema para a sua presidência pro *tempore* da CPLP, “As Pessoas, a Cultura e os Oceanos”. Nesta senda, a presidência cabo-verdiana rotativa da CPLP comunga do ideário de que a Cultura se deve destacar na CPLP como um recurso estratégico, devendo explorar-se todas as suas potencialidades, de sorte a se tirar proveito do seu significativo contributo no desenvolvimento sustentável das economias. No mundo cada vez mais globalizado, em que a competitividade dita as regras, o património deve ser visto como fator de investimento e de atração da procura.

Assim, a importância estratégica do Património Cultural da CPLP revela-se fundamental e transversal a setores económicos dos Estado-Membros como a Cultura e o Turismo, e, em ambos, ela expressa-se, designadamente, no incremento da preservação e elevação dos seus patrimónios materiais e imateriais, a património da Humanidade. São vários os países membros da CPLP que dispõem de patrimónios inscritos na UNESCO, tais como, Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique e Portugal.

Nesta senda, a presidência cabo-verdiana congratula-se pela decisão da X Reunião Ministros da Cultura da CPLP, que teve lugar em Bahia, a 5 de maio de 2017, de criar a Comissão do Património Cultural da CPLP, que integraria as instituições públicas nacionais, com vista à preservação e salvaguarda do património cultural e ao reforço da capacidade institucional dos Estados-membros nesta matéria, e saúda o Brasil, que durante a sua presidência rotativa da CPLP, promoveu o primeiro encontro das Comissões Nacionais do Património Cultural dos países-membros, em Salvador, Brasil, nos dias 17 e 18 de maio de 2018.

Assim a criação da Comissão do Património Cultural da CPLP, e a institucionalização das reuniões deste órgão constituem um passo estruturante na senda, não só da preservação do vasto património cultural dos Estados-Membros da CPLP e do intercâmbio de conhecimentos, mas também um passo essencial no percurso permanente do conhecimento mútuo e do estreitamento das relações de amizade entre os povos da CPLP.

A realização deste evento e a publicação das atas constitui um momento marcante que a presidência pro tempore cabo-verdiana da CPLP felicita, considerando o contributo substancial para o tema dos Arquivos Históricos e das Bibliotecas Nacionais, permitindo ainda um aporte significativo para o papel destas instituições na preservação do Património Cultural da CPLP.

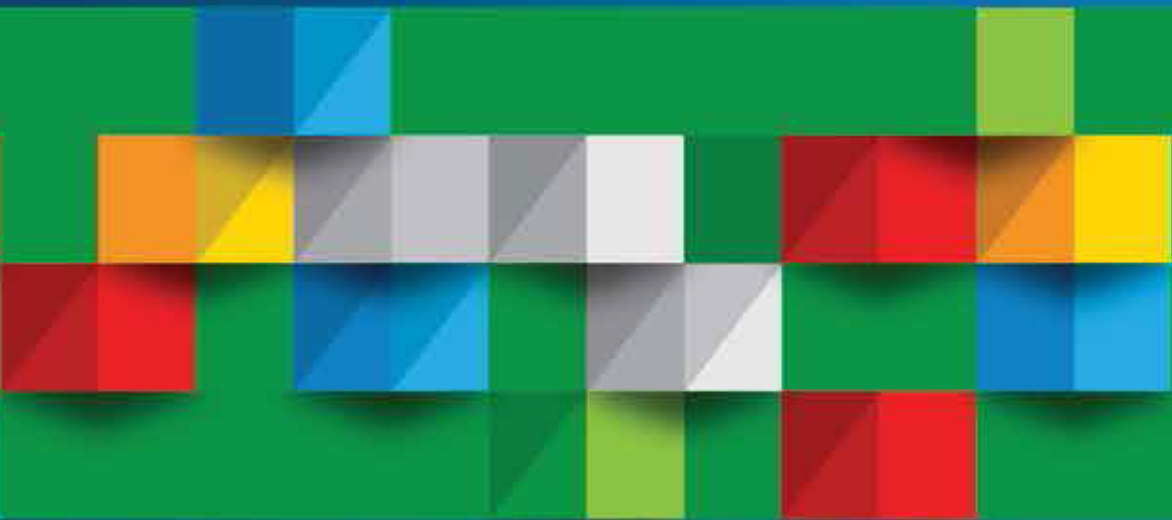


<https://www.cplp.org/publicacoes-cplp>

- Arquivo Histórico Diplomático MNE Portugal
- Arquivo Histórico de Moçambique
- Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde
- Biblioteca Nacional de Cabo Verde
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Biblioteca Ultramarina e Rede Mediatecas - Caixa Geral de Depósitos
- Biblioteca Pública Nacional da Guiné-Bissau do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau
- Biblioteca e Museu do Instituto de Higiene e Medicina Tropical







**CPLP**

Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa